



EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2024
CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

FORMA DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO GLOBAL
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	ATÉ ÀS 23h59min DO DIA 15/05/2024
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS:	ÀS 09h30min DO DIA 16/05/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Imediatamente após a classificação das propostas de preços.
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
REGIME DE EXECUÇÃO:	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
LICITAÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:	NÃO
REFERÊNCIA DE TEMPO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	Portal BLL: https://bllcompras.com/
ORÇAMENTO:	O orçamento NÃO será sigiloso
PRAZO DO LICITANTE PARA A ASSINATURA CONTRATO * A contar da intimação	05 dias úteis
PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO * A contar do recebimento da Autorização de Fornecimento:	Conforme Minuta de Contrato.
INTERVALO MÍNIMO DE LANCE:	R\$ 500,00
CASAS DECIMAIS	Duas casas após a vírgula (ex: R\$.10,00)
VALOR GLOBAL ESTIMADO (PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL)	R\$ 511.682,36 (quinhentos e onze mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).
HAVERÁ INVERSÃO DAS FASES DE JULGAMENTO PROPOSTA EM RELAÇÃO À HABILITAÇÃO	NÃO



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



INTIMAÇÕES / COMUNICAÇÕES:

As intimações dos atos relativos ao presente processo licitatório, inclusive decorrente do futuro contrato administrativo (ou equivalente), serão feitas através de publicação no site: www.caratinga.mg.gov.br.

Quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (33) 3329-8023 ou pelo e-mail: licitacoes@caratinga.mg.gov.br

Obs.1: As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site <https://www.caratinga.mg.gov.br>, bem como no PNCP, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

Obs.2: Caso o licitante informe na plataforma nos campos “marca” e “modelo” informação que modifique o conteúdo do campo “descrição”, “unidade” e “quantidade” prevalecerão estas (“descrição”, “unidade” e “quantidade”) em detrimento daquela(s) (“marca” e “modelo”). Por conseguinte, será tacitamente compreendido pela Administração que a proposta atende completamente os termos do edital – *não podendo o licitante alegar tais questões na fase de execução do contrato.*

Obs.3: Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, ou “MODELO PRÓPRIO”, ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



O Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.334.268/0001-25, com sede administrativa na Av. Prof. Armando Alves da Silva, 1950, Zacarias, Caratinga/MG – 35.302-403, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital e informado acima no preâmbulo.

1 - DO OBJETO:

- 1.1. Contratação de empresa para execução da obra de Recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Caratinga em virtude da Ampliação de meta do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA, tudo conforme edital e demais anexos.
- 1.2. O licitante deverá cotar todos os itens constantes da Planilha Orçamentária, responsabilizando-se pela análise de todo o Projeto Básico.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

- 2.1 - Poderão participar deste CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma mencionada no preâmbulo e que não possuam impedimentos de participar de licitação e/ou contratar com o Poder Público.
- 2.2 Não poderão participar da licitação os interessados que se enquadrarem em qualquer caso de proibição na legislação vigente e neste edital, especialmente, em uma ou mais das situações a seguir:
 - 2.2.1. que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas: *i. inidôneas* com punição de proibição de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal; *ii. pena de impedimento* de participação de licitação e/ou impedimento de contratar com este Município licitador enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
 - 2.2.2. os mencionados no artigo 14 da Lei nº 14.133/21 ou com impedimentos constantes de legislação extravagante;
 - 2.2.3. as pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;

¹ NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que a obra não é de grande porte; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão da obra, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na plataforma de julgamento e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou até impedimento pela plataforma em participar da licitação.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - Sem prejuízo da obrigação de marcação em campo próprio da plataforma eletrônica, a proposta comercial apresentada será tacitamente considerada declarada que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Endereço: Av. Prof. Armando Alves da Silva, 1950, Zacarias, Caratinga/MG – 35.302-403
E-mail: licitacoes@caratinga.mg.gov.br | site: www.caratinga.mg.gov.br



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, ou equiparada, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. a ausência de marcação em campo específico da plataforma eletrônica terá o condão de excluir o licitante de aplicação do tratamento diferenciado de que trata a LC 123/06.

3.6 - A falsidade da declaração no tocante ao enquadramento (ME/EPP ou equiparada) sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções criminais.

3.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 - Está vedada a utilização de “robôs” no presente processo eletrônico por comprometer a isonomia entre os participantes, nos termos do Acórdão nº 1.647/2010-TCU-Plenário.

3.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



Complementar nº 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

4.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.

4.1.2. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

4.1.3. Ao firmar a declaração constante na plataforma para o enquadramento para obtenção dos benefícios em questão, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas na Lei nº 14.133/21, independentemente de transcrição, bem como, adesão aos termos do Anexo IV deste Edital.

4.2. Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual- MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

5. - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos disponíveis neste.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, sendo que sua omissão na proposta será considerado tacitamente escrito tal prazo (90 dias).

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgão de Controle, bem como, diante da própria Administração.

5.10. É obrigatório o preenchimento de todos os itens constantes da Planilha Orçamentária.

6. - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio *chat* para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes, ressaltando, que a identificação antes do momento oportuno tem condão para sua exclusão/declassificação da licitação.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde ao informado no preâmbulo.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou por erro de digitação, cabendo ao Agente de contratação autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa mencionado no preâmbulo (aberto e fechado) onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze minutos) e, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances (tempo randômico), que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas que possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá (faculdade) admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5.1. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de Microempreendedores Individuais –MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP (ou equiparadas), que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, ou, abaixo do maior desconto percentual, conforme o caso, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I- empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
- II- empresas brasileiras;
- III- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



6.21. Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Da Fase de Julgamento

6.22.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.22.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação, haja vista os atributos de presunção de veracidade e validade que gozam os atos administrativos.

6.22.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no edital – *sem prejuízos de proceder diligências que entender pertinente*.

6.22.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.22.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.22.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.22.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.22.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.22.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.22.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.22.5.6. No caso de obras e serviços de engenharia, caso do presente processo, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.22.5.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.22.5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.22.6. Apresentem quaisquer preços unitários que excedam em 10% (dez por cento) o preço unitário constante na planilha fornecida pelo Município;

6.22.7. Que apresentarem preços, após a etapa competitiva, superiores ao orçado pela Administração (vide preço orçado no preâmbulo do Edital).

6.22.8. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc)."

6.22.9. O Agente de Contratação não levará em conta propostas para execução parcial dos serviços, nem propostas que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que tiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço;

6.22.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.11. Em se tratando de serviços de engenharia e obras, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como, com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.22.12. A proposta vencedora ajustada após a fase de lances observará a mesma linearidade percentual nos itens e subitens em relação a proposta escrita inicial.

6.22.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.22.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.22.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.22.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos de habilitação compreendem obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da proponente, a documentação abaixo discriminada a serem inseridas em campo próprio da plataforma de julgamento, vinculada ao processo, mencionada no preâmbulo. As certidões que não tiverem especificado os prazos de validade serão aceitas com 60 (sessenta) dias a partir da data de expedição.

- Segue a documentação exigida:

7.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

- I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E DECLARAÇÃO MENOR

Endereço: Av. Prof. Armando Alves da Silva, 1950, Zacarias, Caratinga/MG – 35.302-403
E-mail: licitacoes@caratinga.mg.gov.br | site: www.caratinga.mg.gov.br



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



- I - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- II - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- III - Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;
- IV - Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;
- V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VI- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, podendo ser considerada aquela firmada eletronicamente através da plataforma.

7.1.3. DAS QUALIFICAÇÕES

7.1.3.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Com vistas a proteção da Ente promotor da licitação na busca pela proposta que mais vantajosa para Administração, necessário que a empresa/profissional técnico esteja registrada no órgão de classe, bem como, afira-se a capacidade técnica profissional e da licitante em objeto similar ao presente, sendo este o parâmetro e motivação para a exigência seguinte:

7.1.3.1.1. Prova de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no qual conste os seus responsáveis técnicos, da região a que estiver vinculada.

7.1.3.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-**PROFISSIONAL** comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, em nome de profissional(is) de nível superior ou outros devidamente reconhecidos pela entidade competente, que tenha(m) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para a entrega da proposta e que conste(m) na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável(is) técnico(s) da licitante. Tal(is) atestado(s), devidamente



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



registrado(s) no CREA ou CAU, deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- **Execução de serviços de Reforma**

7.1.3.1.3. Atestado de Capacidade Técnico-**OPERACIONAL** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológica e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome do profissional, mas que conste a licitante como executora do serviço. O(s) atestado(s) deverão estar acompanhada-do(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT (CAT/CAT-A) emitida(s) pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade à comprovação da execução mínima de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos elencados na planilha orçamentária (integrante do projeto básico), das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- **Execução de serviços de Reforma**

7.1.3.1.4. Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra;

7.1.3.1.5. Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante;

7.1.3.1.6. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, o quantitativo mínimo exigido para cada parcela de maior relevância poderá constar em mais de 01 (um) atestado, sendo admitido o somatório de quantidades, desde que coincidente o período de execução das obras;

7.1.3.1.7. A aferição quanto o percentual executado [50% (cinquenta por cento) dos quantitativos elencados na planilha orçamentária] será aferido tomando como parâmetro a execução de obra/serviço no lapso temporal do cronograma da obra.

a) A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

i. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;

ii. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;

iii. No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços ou ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da licitante;

IV. Outros documentos hábeis à comprovação do vínculo profissional.

b) Os profissionais cujos vínculos foram comprovados por pelo menos um dos documentos acima elencados, serão considerados **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS** pela execução da obra/serviço, objeto desta Licitação.

c). Os profissionais indicados e comprovados pelo licitante, através dos atestados acima, deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo o Município admitir a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, caso demonstrada a superveniência do fato;

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3. A apresentação da proposta será tacitamente considerado declarado que “*o licitante atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)*”, podendo ainda, ser considera aquela firmada eletronicamente através da plataforma.

7.4. A apresentação da proposta será tacitamente considerado declarado que “*suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas*”.

7.5. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.5.1. A apresentação da proposta será considerado tacitamente declarado que o licitante “*conhece o local e as condições de realização do serviço*”.

7.5.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretaria Municipal de Obras, de modo que seu agendamento não coincida com o



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



agendamento de outros licitantes.

7.5.3. Cada empresa interessada poderá participar da visita com, no máximo, 02 (dois) representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou representantes necessariamente por ela credenciados, em horários distintos, nunca juntos, designados pela administração.

7.6. Poderá ocorrer a verificação, pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a qual constitui meio legal de prova, bem como, no cadastro de fornecedores junto a Plataforma de Julgamento, para fins de habilitação.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação na plataforma, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8- DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **exclusivamente** por forma eletrônica, através da plataforma de julgamento informada no preâmbulo.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



realização do certame.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- impedimento de licitar e contratar e
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.2. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

11.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

11.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.9. É facultada ao Agente de contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

11.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

11.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.12. O licitante vencedor deverá assinar os contratos ou os instrumentos equivalentes no prazo máximo estabelecido no preâmbulo.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



11.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

11.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Caratinga-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Bruno César Veríssimo Gomes
Agente de Contratação



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSAS
(Lei Federal nº 14.133/2021)

OBJETO: *Contratação de empresa para execução da obra de Recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Caratinga em virtude da Ampliação de meta do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA.*

DECLARAÇÕES

A empresa (nome completo) _____, com sede na Rua ____

(endereço completo) inscrita no CNPJ sob nº. _____,
neste ato representada por _____
(diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Que não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal c/c art. 68, inciso VI da Lei nº 14.1333, de 2021;

c) Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c art. 63, inciso IV da Lei nº 14.1333, de 2021;

d) Que atende aos requisitos de habilitação, e que atesta e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) Que não foi declarada inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas;

h) Que não enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

l) Que estar ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

NOME

Representante Legal da Licitante



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CARATINGA E

CONTRATANTE: Município de Caratinga, inscrito no CNPJ: 18.334.268/0001-25, com sede administrativa na xxxxxxxxxxxxxxxx, representado, neste ato, pelo subscritor (.....), em doravante designado Contratante/Município;

CONTRATADO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx LTDA. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na, neste ato, pelo subscritor (.....), em doravante designado contratado.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente/vinculado ao Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei nº 14.133/21, proposta ofertada no bojo do citado processo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Contratação de empresa para execução da obra de Recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Caratinga em virtude da Ampliação de meta do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Projeto Básico que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma e limites da Lei.

2.2. Sem prejuízo da vigência contratual acima descrita, o contratado deve obedecer ao prazo de execução da(s) etapa(s) constantes do Cronograma Físico-Financeiro.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual é a empreitada por preço estipulada no preâmbulo deste Instrumento.

3.2. A Gestão do presente contrato ficará ao encargo do Secretário Municipal responsável pela demanda.

3.3. O Fiscal do presente contrato ficará ao encargo do servidor _____.

3.4. Sem prejuízo do disciplinado nos artigos 140 e seguintes da Lei nº 14.133/21, o recebimento provisório da obra ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias do comunicado de encerramento pelo contrato.

3.5. Sem prejuízo do disciplinado nos artigos 140 e seguintes da Lei nº 14.133/21, o recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias da ocorrência do recebimento provisório.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$511.682,36 (quinhentos e onze mil seiscientos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).**

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2 – Para efeito de pagamento, serão considerados os valores unitários cotados e as quantidades efetivamente executadas no período de aferição e atestadas pela fiscalização.

5.3 – O pagamento da primeira fatura somente poderá ocorrer se acompanhada de documentos que comprovem o registro da obra no CREA/MG;

5.4 - As medições da execução contratual ocorrerão de forma MENSAL e observará o cronograma físico-financeiro integrante do projeto básico.

5.4.1 – Realizada as medições e, desde que devidamente liquidada a despesa, o pagamento, deduzido eventuais multas, ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.5. O pagamento referente ao serviço, objeto deste contrato, será efetuado através



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



de depósito em conta corrente, após a apresentação da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias, acompanhada da relação dos itens do cronograma Físico-Financeiro relativo ao período de medição da obra.

5.6. Ao MUNICÍPIO fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega de cada parcela da obra, esta não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas no cronograma físico-financeiro aprovado, atestado pelo Engenheiro Municipal que firmará laudo neste sentido.

5.7 – No interesse do Município de Caratinga/MG, o objeto deste contrato poderá ser suprimido ou aumentado, obedecidos os limites da Lei 14.133/21.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.1.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado e, na forma do art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/21, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, inclusive o Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto.

8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.20. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.1.21. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Garantia de Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



10.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

02.09.021545100021. 014.000.449051.01 – Ficha 3481

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, caso exigível pela Administração;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigível pela Administração;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 12.1.5. fraudar o certame
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
- 12.1.9. deixar de entrega o objeto no prazo pactuado;
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.4. As multas observarão os seguintes critérios:

a. Rescisão por culpa da CONTRATADA – Multa Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

b. Atraso injustificado durante a execução da obra continuamente – Multa



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, conforme o cronograma, apurado em processo administrativo que será instaurado, por meio da seguinte fórmula:

$$M = ((0,33\% \times Da) \times VFA)$$

Onde:

M = valor da multa;

Da = dias de atraso no período apurado (vide fórmula abaixo);

VFA = valor financeiro em atraso no período apurado (vide fórmula abaixo).

OBS: O valor do fator $(0,33\% \times Da)$ é limitado a 20%.

Os dias em atraso (Da) serão calculados pela fórmula: $Da = DPC \times \frac{(Qp - Qm)}{Qp}$

O valor financeiro em atraso (VFA) será calculado pela fórmula: $VFA = (Qp - Qm)$

Onde:

DPC = dias previstos no cronograma para executar a quantia financeira prevista no período apurado;

Qp = quantia financeira prevista para pagamento da obra no período apurado, conforme cronograma;

Qm = quantia financeira correspondente à soma dos itens efetivamente executados no período apurado.

c) Atraso injustificado na entrega de toda a obra – após a data prevista para o Recebimento Provisório será aplicada multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, sobre o valor total dos serviços não executados apurado na data prevista para o Recebimento Provisório, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre este valor;

c.1. Caso não seja concluída a obra em até 30 (trinta) dias, a contar do início do período de atraso, o Município PODERÁ rescindir o Contrato e aplicar a multa compensatória de até 10% (dez por cento), prevista na alínea "a" pelo atraso na entrega da obra, sem prejuízo das demais penalidades por outros descumprimentos contratuais;

c.2. Permanecendo o atraso após 30 (trinta) dias e decidindo o Município pela não rescisão do Contrato, a multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia continuará sendo aplicada, até o limite de 30% (trinta por cento), conforme estabelecido na alínea "c" desta Cláusula, porém sobre o valor dos serviços não executados apurados nas medições;

d) Descumprimento de obrigações contratuais relativas à documentação a ser entregue, por responsabilidade da CONTRATADA, conforme exigido no contrato – Multa Moratória de até 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato, a cada inadimplemento da obrigação. O inadimplemento será apurado considerando a obrigação de entregar o conjunto de toda documentação, para cada momento previsto no Contrato;

e) No caso de descumprimento de obrigações contratuais que não tenham



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



previsão de penalidade específica – Multa Compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato;

f) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia, quando exigido.

12.3.5. Se em virtude do atraso injustificado, o valor financeiro em atraso de cada etapa atingir mais de 15% (quinze por cento) do valor total previsto para a respectiva etapa da obra, o Município PODERÁ rescindir o Contrato por culpa da CONTRATADA e aplicar a multa compensatória de até 10% (dez por cento), prevista na alínea "a", sem prejuízo das multas moratórias aplicadas anteriormente.

12.3.6. O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

12.3.7. Caso na apuração (cálculo dosimétrico) das multas e o valor seja inferior a 0,5% do valor do contrato, este percentual (0,5%) é o que será aplicado ao contratado, na forma do artigo 156, § 3º da Lei nº 14.133/21.

12.3.8. Caso na apuração (cálculo dosimétrico) das multas e o valor seja superior a 30% do valor do contrato, este percentual (30%) é o que será aplicado ao contratado, na forma do artigo 156, § 3º da Lei nº 14.133/21.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.4.3. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens

Endereço: Av. Prof. Armando Alves da Silva, 1950, Zacarias, Caratinga/MG – 35.302-403

E-mail: licitacoes@caratinga.mg.gov.br | site: www.caratinga.mg.gov.br



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados



PODER EXECUTIVO
Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca deste Município contratante para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

xxxxxxxxxxxxxx/xx, de de 202xx.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Assinatura do Fiscal do Contrato: _____ - CPF: _____



PODER EXECUTIVO
Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO *Contratação de empresa para execução da obra de Recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Caratinga em virtude da Ampliação de meta do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA.*

DADOS DA PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
TELEFONE:
E-MAIL:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
NOME:	
CPF:	IDENTIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Indicamos os endereços eletrônicos acima informados, para recebimento de intimações, inclusive as decorrentes de processo administrativo disciplinar, ordens de fornecimento/serviço, comunicações, etc., objeto do presente instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
Planilha Orçamentária						
...						

Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____).

Prazo de validade: 90 (noventa) dias, contados da abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, responsabilizando-se a licitante, com a apresentação de sua proposta, pela veracidade desta informação e que os produtos/serviços ofertados estão de acordo com todas as condições, especificações e características previstas no edital e seus anexos.

DADOS BANCÁRIOS: indicar Banco/Agência/Conta corrente Prazo de entrega: conforme edital

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP
(Lei Federal nº 14.133/2021)

OBJETO: *Contratação de empresa para execução da obra de Recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Caratinga em virtude da Ampliação de meta do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA.*

DECLARAÇÃO

A empresa (nome completo) _____, com sede na Rua _____

(endereço completo) inscrita no CNPJ sob nº. _____,
neste ato representada por _____
(diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

- a) que em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, ter receita bruta equivalente a uma (micro empresa ou empresa de pequeno porte);
- b) que não ha nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006.
- c) que no presente ano-calendário, ainda não celebrrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

NOME
Representante Legal da Licitante



PODER EXECUTIVO
Secretaria de Planejamento e Fazenda
Superintendência de Contratos e Licitações



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

ANEXO V

PROJETO BÁSICO E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕE A OBRA



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÁREA REQUISITANTE	
Área Requisitante:	Secretaria Municipal de Obras
E-mail:	engenharia@pmc.caratinga.mg.gov.br
Telefone:	(33)33298065
Responsável pelo estudo:	Douglas Rodrigues Seppe
Cargo/Função:	Engenheiro – CREA/MG nº 331.833/D

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Considerando a necessidade de suprir a demanda do Município, o presente estudo técnico preliminar tem como objetivo estudar detalhadamente a melhor solução para suprir a necessidade de execução das obras de recapeamento asfáltica em CBUQ, em diversas ruas com saldo do Convênio nº 1301003234/2022/SEINFRA.

1.2. O projeto de engenharia em questão visa assegurar melhorias no acesso entre localidades, garantindo para uma infraestrutura segura de acesso à população.

1.3. A contratação destina-se a ampliação de metas do Convênio nº 1301003234/2022/SEINFRA que objetiva oferecer maior conforto, melhor acessibilidade, segurança e qualidade de vida aos munícipes, frente a realização de recapeamento asfáltico das Rua Sargento Nivaldo Amaro da Silva - Bairro Manoel Ribeiro Sobrino, Rua Dr. Maninho - Bairro Centro, Rua Antônio de Assis - Bairro Dos Rodoviário, Rua Pedro Faiçal - Bairro Santa Zita, com vistas ao melhoramento da infraestrutura municipal. Ressalta-se que o pleito objetiva a utilização de saldo proveniente de ganhos de eficiência no processo licitatório e de rendimentos de aplicação financeira, conforme apurado no demonstrativo de rendimento. Dado o exposto é necessária a contratação da execução de recapeamento de novas ruas com o saldo do convênio (opção para solução definitiva).

Os quantitativos, memórias de cálculo, especificações e demais informações estão indicados no projeto executivo.

1.3. O presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou o Projeto Básico.



2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

2.1. O projeto descreve as ações propostas referente as obras de recapeamento asfáltica em CBUQ.

2.2. Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para execução dos serviços supramencionados em vista da situação relatada neste documento visando o recapeamento asfáltico das ruas citadas, permitindo o município amenizar os problemas de infraestrutura das vias melhorando a trafegabilidade.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

3.2. O objeto a ser contratado, Recapeamento Asfáltico, enquadra-se na categoria de Serviços de Engenharia, de que tratam a Resolução nº 1.116, de 26/04/2019 – CONFEA Art. 1º.

4. LEVANTAMENTO DO MERCADO:

4.1 Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Foi elaborado planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas, que foram submetidas a análise da SEINFRA, órgão concedente que aprovou com base na tabela SETOP.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. Considerando que as obras são objeto do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA a execução será indireta, deverá ser terceirizado mediante a contratação de empresa especializada para realizar o serviço, incluindo o fornecimento de maquinário, material e mão de obra. A contratação enquadra-se em serviços comuns de engenharia.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

6.1. Os quantitativos foram estimados conforme projeto básico aprovado pela SEINFRA. O valor estimado para contratação da obra foi calculado com base nos valores praticados na tabela referencial de preços SETOP.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. O valor total estimado para execução das obras de Recapeamento Asfáltico com saldo do convênio 1301003234/2022/SEINFRA é de R\$511.682,36 (quinhentos e onze mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

8.1 A contratação única gera maior potencial de ganho de economia de escala, e ainda facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços que se complementam ao longo da execução do contrato, sendo incompatível com o bom andamento do contrato a divisão do objeto.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

9.1. Não há necessidade de contratações correlatas.

9.2. Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, devendo os licitantes apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

10.1. As ruas objeto da intervenção possuem pavimento antigo com diversas irregularidades, tais como, buracos, panelas, afundamentos, trilhos de roda, deformações plásticas, trincas (principalmente do tipo “couro de jacaré”), ondulações, desgastes, que foram agravados com o passar do tempo. Sendo de suma importância melhorias nas vias através de recapeamento, visando melhoria da acessibilidade, segurança e qualidade de vida aos munícipes.



PODER EXECUTIVO
Secretaria de Obras

10.2 Conforme informação obtida junto ao Departamento Contábil a despesa tem compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) que prevê dotação orçamentária visando a execução das obras.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

11.1. Tal contratação é de extremo interesse público, pois a execução/manutenção e conservação de vias da cidade, consistentes de pavimento asfáltico, devido ao estado precário de conservação, a fim de propiciar melhores condições de trafegabilidade, para maior conforto e segurança da população.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

12.1. Não há providências complementares a serem adotadas.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

13.1. Não é cabível a emissão de instrumentos de Licença Ambiental ou Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, por não ser considerada, no âmbito federal e estadual, atividade modificadora do meio ambiente.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Declaramos esta contratação viável.

14.1. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE:

Ante ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, este profissional declara VIÁVEL e razoável esta contratação.

Caratinga, 03 de abril de 2024.

DOUGLAS
RODRIGUES
SEPPE:115405546
94

Assinado de forma digital
por DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:11540554694
Dados: 2024.04.04 16:51:33
-03'00'

Douglas Rodrigues Seppe
Engenheiro Civil
CREA/MG n° 331.833/D



TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência tem como objetivo apresentar as especificações técnicas dos serviços a serem contratados para execução da obra de obras de recapeamento asfáltica em CBUQ, em diversas ruas com saldo do Convênio nº 1301003234/2022/SEINFRA.

1) DEFINIÇÃO DO OBJETO E JUSTIFICATIVA:

1.1 Contratação da prestação de serviços para execução de obra de recapeamento asfáltico das Rua Sargento Nivaldo Amaro da Silva - Bairro Manoel Ribeiro Sobrino, Rua Dr. Maninho - Bairro Centro, Rua Antônio de Assis - Bairro Dos Rodoviário, Rua Pedro Faiçal - Bairro Santa Zita, com todos os equipamentos, mão de obra e insumos necessários para a devida execução da obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no memorial descritivo, projetos, memorial de cálculo e planilha anexos a este Termo.

1.2. A contratação destina-se a execução dos serviços necessários para a execução/manutenção e conservação do pavimento das vias, devido ao estado precário de conservação, a fim de propiciar melhores condições de trafegabilidade, proporcionando melhor fluidez, segurança e conforto ao usuário, tanto do tráfego de passagem quanto do tráfego local.

1.3. A descrição/especificação e quantitativo constam da projeto estrutural e planilha orçamentária, parte integrante deste instrumento.

1.4. Considerando a solução escolhida, verifica-se que se trata de serviços comuns de engenharia, uma vez que as especificações adotadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usuais no mercado.

1.5. Natureza da contratação: serviço.

1.6. Prazo de vigência da contratação: o cronograma previsto para execução da obra é 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado desde que o atraso na execução seja justificado.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que as obras são objeto do Convênio 1301003234/2022/SEINFRA a execução será indireta, devendo a obra ser terceirizado mediante a contratação de empresa especializada para realizar o serviço, incluindo o fornecimento de maquinário, material e mão de obra.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução adotada encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1. Conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 02 (dois) meses, conforme consta do cronograma físico financeiro, contados do(a) data da ordem de serviço.

5.2. A empresa deverá observar o Projeto Básico, anexo ao presente TR.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei de Licitações, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, com emissão da respectiva ART de Fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte do Município do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos conforme o projeto básico e as especificações técnicas estabelecidas. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, nos termos do Instrumento Convocatório.



PODER EXECUTIVO
Secretaria de Obras

7.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

7.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer conforme estabelecido no Instrumento Convocatório.

7.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

7.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da obra, que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

7.7. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Município emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do o Termo de Recebimento Definitivo;
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual, caso exista.

7.8. A última medição somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico.

7.9. Os pagamentos das obras e serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições dos serviços efetivamente executados, obedecendo aos preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da(s) Fatura(s)/Nota(s) Fiscal (is), devidamente atestada pela fiscalização do Município, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição.

7.10. O Município somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro e atualização financeira.

7.11. Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados e assentados, mediante atesto pelo fiscal do contrato. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Forma de execução

8.2. A execução deverá ser realizada conforme o cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, além dos de praxe administrativa, os abaixo elencados atinentes a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

a) Prova de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no qual conste os seus responsáveis técnicos, da região a que estiver vinculada;

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico-**PROFISSIONAL** comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, em nome de profissional(is) de nível superior ou outros devidamente reconhecidos pela entidade competente, que tenha(m) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para a entrega da proposta e que conste(m) na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável(is) técnico(s) da licitante. Tal(is) atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ

c) Atestado de Capacidade Técnico-**OPERACIONAL** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológica e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome do profissional, mas que conste a licitante como executora do serviço. O(s) atestado(s) deverão estar acompanhando(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT (CAT/CAT-A) emitida(s) pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade à comprovação da execução mínima de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos elencados na planilha orçamentária (integrante do projeto básico), das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ



PODER EXECUTIVO
Secretaria de Obras

8.4. Os serviços não precisam constar simultaneamente de uma mesma obra;

8.5. Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante;

8.6. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, o quantitativo mínimo exigido para cada parcela de maior relevância poderá constar em mais de 01 (um) atestado, sendo admitido o somatório de quantidades, desde que coincidente o período de execução das obras;

8.6.1. A aferição quanto o percentual executado [50% (cinquenta por cento) dos quantitativos elencados na planilha orçamentária] será aferido tomando como parâmetro a execução de obra/serviço no lapso temporal do cronograma da obra.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$511.682,36 (quinhentos e onze mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE DESPESA:

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

DOUGLAS
RODRIGUES
SEPPE:11540554
694

Assinado de forma
digital por DOUGLAS
RODRIGUES
SEPPE:11540554694
Dados: 2024.04.04
16:51:04 -03'00'

Douglas Rodrigues Seppe
Engenheiro Civil
CREA/MG nº 331.833/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: RECAPEAMENTO ASFÉLTICO. (AMPLIAÇÃO DE CONTRATO)

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG.

1 - INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA.

1.1 - A mobilização compreenderá o transporte de máquinas, equipamentos, pessoal e instalações provisórias necessárias para a perfeita execução das obras. A desmobilização compreenderá a completa limpeza dos locais da obra, retirada das máquinas e dos equipamentos da obra e o deslocamento dos empregados da CONTRATADA. A medição deste serviço será por percentual em relação ao total da obra.

1.2 - Os serviços de tapa-buraco, serão realizados pelo município previamente à execução dos serviços.

1.3 - Os serviços de limpeza, capina e rastelamento, serão realizados pelo município previamente à execução dos serviços.

2 - RECAPEAMENTO ASFÉLTICO EM CBUQ.

2.1 - Refere-se à aplicação de película de material betuminoso sobre a superfície do calçamento existente, visando promover a aderência entre esta camada e o revestimento a ser executado. A taxa a ser utilizada deverá variar entre 0,4 a 0,6 l/m², que será verificado pelo menos uma taxa de aplicação através de ensaio adequado "bandeja". Em pavimentos onde será realizado o recapeamento sobre pedra, deverá ser realizado a pintura em duas camadas, uma para a regularização do pavimento e a outra para a camada de rolamento da pista, com espessuras do asfalto especificadas em projeto. A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

betuminoso em quantidade uniforme. As barras de distribuição deverão ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento de ligante. Os carros distribuidores deverão dispor de termômetros, em locais de fácil observação, e, ainda, um espargidor manual para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas. O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho. O serviço deverá seguir as especificações em projeto. A pintura de ligação será medida através da área executada, em m².

2.3 - Os materiais asfálticos líquidos, necessários para execução da pavimentação em CBUQ, (pintura de ligação), deverão ser transportados em caminhão ou tanque, em vias urbanas pavimentadas, tendo seu DMT excedente a 30km. A medição desse serviço será paga por tonelada por quilometro (TxKM) de material transportado.

2.4 - O concreto betuminoso e o revestimento flexível resultante da mistura a quente, em usina apropriada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, com espessura variada. Tem a finalidade de se executar uma regularização do calçamento, corrigindo as imperfeições no nivelamento, preparando para receber a camada final. A execução constará da descarga do material C.B.U.Q., sobre o calçamento, o qual já deve ter recebido a pintura de ligação e posteriormente compactado com rolo pneumático e rolo vibratório. A descarga será diretamente na pista, a espessura final do pavimento compactado, deverá ser de acordo com projeto de cada rua a ser executada. A medição do serviço, será realizada por metro cúbico aplicado na pista.

2.5 - O item consiste na execução de Sarjeta de Concreto Urbano (SCU), Tipo 2, de acordo com as especificações do DERMG (Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais). A sarjeta terá largura de 50cm, inclinação de 15%, e espessura de 7cm, garantindo a adequada drenagem pluvial. O concreto utilizado será de resistência fck 15 MPa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

O escopo do trabalho inclui a escavação necessária para a implantação da sarjeta, o apiloamento adequado do solo, e o transporte dos materiais escavados em caminhão. Além disso, a retirada do material escavado também está contemplada no processo.

O objetivo é assegurar a eficiência da sarjeta para o escoamento pluvial, seguindo as normas estabelecidas pelo DERMG e garantindo durabilidade e resistência ao sistema.

2.6 - O volume de concreto betuminoso usinado a quente deverá ser transportado, com o uso de caminhão basculante em vias urbanas pavimentadas. A execução deste serviço será paga por metro cúbico por quilômetro (M³KM).

OBS.: As obras de tapa buraco, remendo e contenções necessárias, serão executadas pela prefeitura.

DOUGLAS
RODRIGUES
SEPE:11540554694
Assinado de forma digital por
DOUGLAS RODRIGUES
SEPE:11540554694
Dados: 2024.02.07 14:09:54
xx
5h- D[! { wh5wD- 9{ {9t t 9
9E T D a QIX QV E ↑ TL a D 1330a D

MEMORIA DE CÁLCULO DE QUANTITATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA

OBRA: MELHORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG

LOCAL DA AMPLIAÇÃO DE METAS: RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA

Resp. Técnico: Douglas Rodrigues Seppe

ENGENHEIRO CIVIL - CREA: : 331.833/D

Data
16/02/2024
DOC Nº
04/06

ITEM	CE DIGO	SERVÍCIOS
1.0		INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA
1.1	ED-50393	OBRAS COM VALOR ENTRE 1.000.000,01 E 3.000.000,00

Quantidade	1.529,21	%	Mobiliza ² o de obra, considerando, 0,3% do valor total da planilha	TOTAL (R\$)
		(510200,18) * 0,003	1.529,21	R\$

1.2 RO-44638 Tapa-buraco com concreto betuminoso usinado a quente (Execu²o incluindo usinagem pintura de liga²o, aplica²o da massa, fornecimento e transporte dos agregados, exclui fornecimento e transporte do material betuminoso)

Quantidade	0,00	M3	SERVÍCIO A SER EXECUTADO PELO MUNICÍPIO	TOTAL (M)

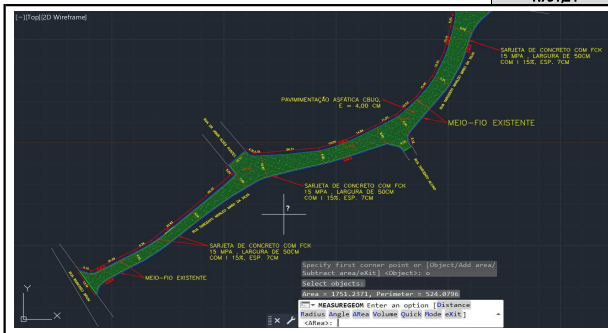
1.3 ED-50703 LIMPEZA DO TERRENO, INCLUSIVE CAPINA, RASTELAMENTO COM AFASTAMENTO ATÉ 20M E QUEIMA CONTROLADA

Quantidade	0,00	M2	SERVÍCIO A SER EXECUTADO PELO MUNICÍPIO	TOTAL (M)

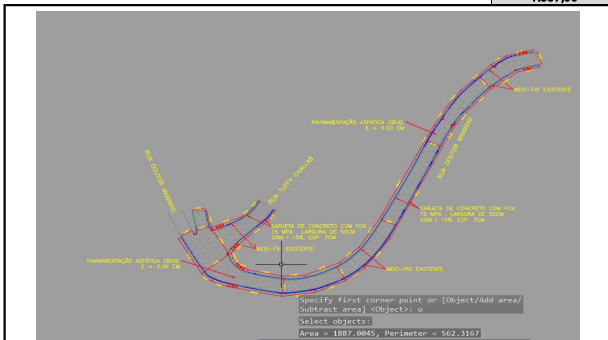
2 RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ

2.1 RO-51229 PINTURA DE LIGAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO) 1ª CAMADA

Quantidade =	1.751,24	M ²	conforme projeto - Rua Sgr Nivaldo Amaro da Silva - @ea de calçamento da via, extraída do software AutoCAD;	* REA (M ²)
				1.751,24



Quantidade =	1.887,00	M ²	conforme projeto - Rua Dr. Maninho - @ea de calçamento da via, extraída do software AutoCAD;	* REA (M ²)
				1.887,00



MEMORIA DE CÁLCULO DE QUANTITATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA

OBRA: MELHORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG


LOCAL DA AMPLIAÇÃO DE METAS: RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA

Resp. Técnico: Douglas Rodrigues Seppe

ENGENHEIRO CIVIL - CREA: 331.833/D

Data
16/02/2024
DOC Nº
04/06

Quantidade =	2.947,26	M²	conforme projeto - Rua Pedro Fai'al e Antônio de Assis - (Área de calçamento da via, extraída do software AutoCAD:	ÁREA (M²)
				2.947,26



Quantidade =	6.585,50	M²	Area total	ÁREA (M²)
				6.585,50

2.3 RO-41376 TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM

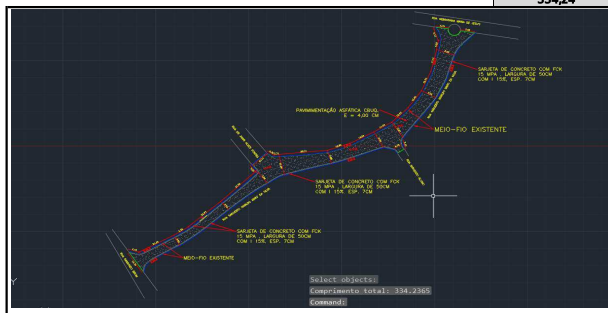
Quantidade =	1.032,03	T X MB	Transporte de materiais betuminosos = (0,0005 x Área Pintura de Liga'ão x 315 Km)	T X MB
			(0,0005*(1751,24 M ²)*314 KM)	274,94
			(0,0005*(1887 M ²)*312 KM)	294,37
			(0,0005*(2947,26 M ²)*314 KM)	462,72

2.4 ED-7623 EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÀ PISTA

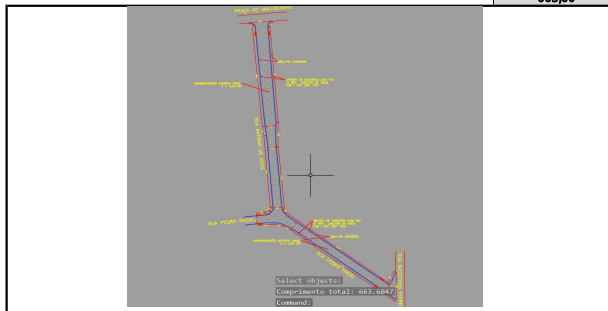
Quantidade =	263,42	MB	Área de Asfalto x Altura de 4 cm. Obtido pelo AutoCad.	MB
			(6585,50 * 0,04)	263,42

2.5 ED-14763 SARJETA DE CONCRETO URBANO (SCU), TIPO 2, COM FCK 15 MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 15%, ESP. 7CM, PADRÃO DERMG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILAAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CA=AMBA)

Quantidade =	334,24	M	Comprimento obtido pelo AutoCad, sarjeta a executar na rua Srg. Nivaldo Amaro da Silva.	(M)
				334,24



Quantidade =	663,60	M	Comprimento obtido pelo AutoCad, sarjeta a executar na rua Pedro Fai'al e Antonio de Assis.	(M)
				663,60



Quantidade =	537,45	M	Comprimento obtido pelo AutoCad, sarjeta a executar na rua Dr. Maninho	(M)
				537,45

MEMORIA DE C'LCULO DE QUANTITATIVOS

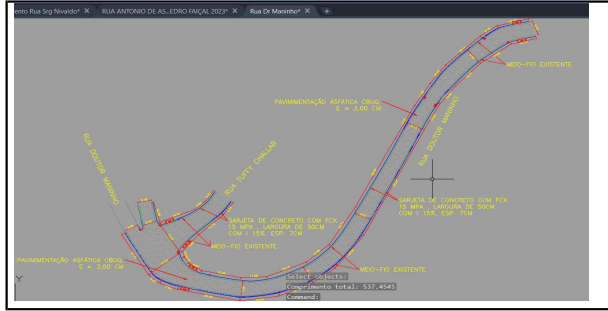
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA

OBRA: MELHORAMENTO DE VIAS PBLICAS NO MUNIC'PIO DE CARATINGA/MG

LOCAL DA AMPLIA'CO DE METAS: RUAS DO MUNIC'PIO DE CARATINGA

Resp. T'cnico: Douglas Rodrigues Seppe ENGENHEIRO CIVIL - CREA: : 331.833/D

Data
16/02/2024
DOC N'º
04/06



Quantidade =	1.535,29	M	Comprimento Total	Comprimento (M)
				1.535,29

2.6 RO-14031 TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DIST'NCIA M'EDIA DE TRANSPORTE <= 10,0 KM (VOLUME COMPACTADO)

Quantidade =	843,73	MB	Transporte da massa x DMT X KM, Usina mais proxima.	MB X KM
			(1751,24*0,04*4,1)	287,20
			(1887*0,04*3)	226,44
			(2947,26*0,04*2,8)	330,09

DOUGLAS RODRIGUES
SEPE:11540554694
Douglas Rodrigues Seppe
ENGENHEIRO CIVIL - CREA: : 331.833/D

WELINGTON MOREIRA DE
WELINGTON MOREIRA DE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

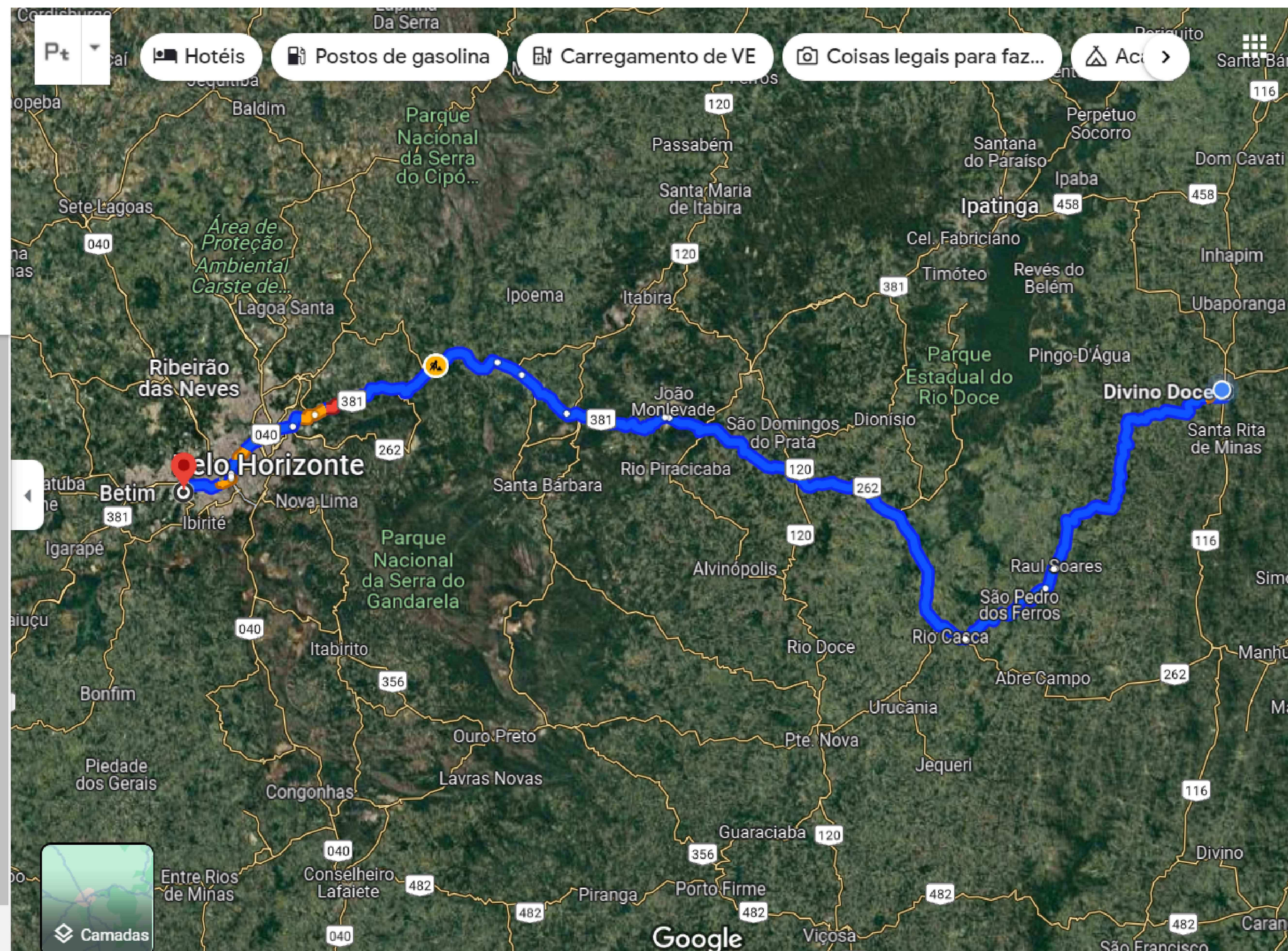
RECAPEAMENTO ASFALTICO

CROQUI DMT
REFINARIA / OBRA

Divino Doce, R. Antônio de Assis - Rodovi
Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim

via MG-329 e BR-262 **5 h 28 min**
Trajeto mais rápido agora devido às condições de trânsito 314 km
⚠ Este trajeto tem uso restrito ou estradas privadas.

Conheça Distrito Industrial Paulo Camilo Sul



RUA PEDRO FAIÇAL INICIO 02

REFINARIA GABRIEL PASSOS

DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:1154055469
4

Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:11540554694
Dados: 2024.02.16 09:51:29 -03'00'

WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA

Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:41:15 -03'00'

– CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°47'31.6"S 42°08'07.7"W

– CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°58'15.1"S 44°05'52.5"W

	LEGENDA: <p>BL. EXISTENTE PV EXISTENTE</p>	CONVENÇÕES <p>COMPRIIMENTO (m) — MEIO FIO EDIFICAÇÃO</p> <p>SENTIDO DO FLUXO DECLIVIDADE(m/m) PV A CONSTRUIR</p>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA – MG DATA: 02-2024 APROV. ART.: DES.	ESCALA INDICADAS NÚMERO: 14 FOLHA: ARQ.							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO



Melhor
10 min
8 min
42 min
19 min

+

Rua Deputado Denio Moreira de Carvs, 65

Britador São Geraldo, R. Manoel Gonçalves

Adicionar destino

Sair agora Opções

Enviar rotas para seu smartphone

via R. Manoel Gonçalves de Castro **10 min**

3,0 km

Trajetos mais rápidos agora devido às condições de trânsito

[Detalhes](#)

via BR-116 **11 min**

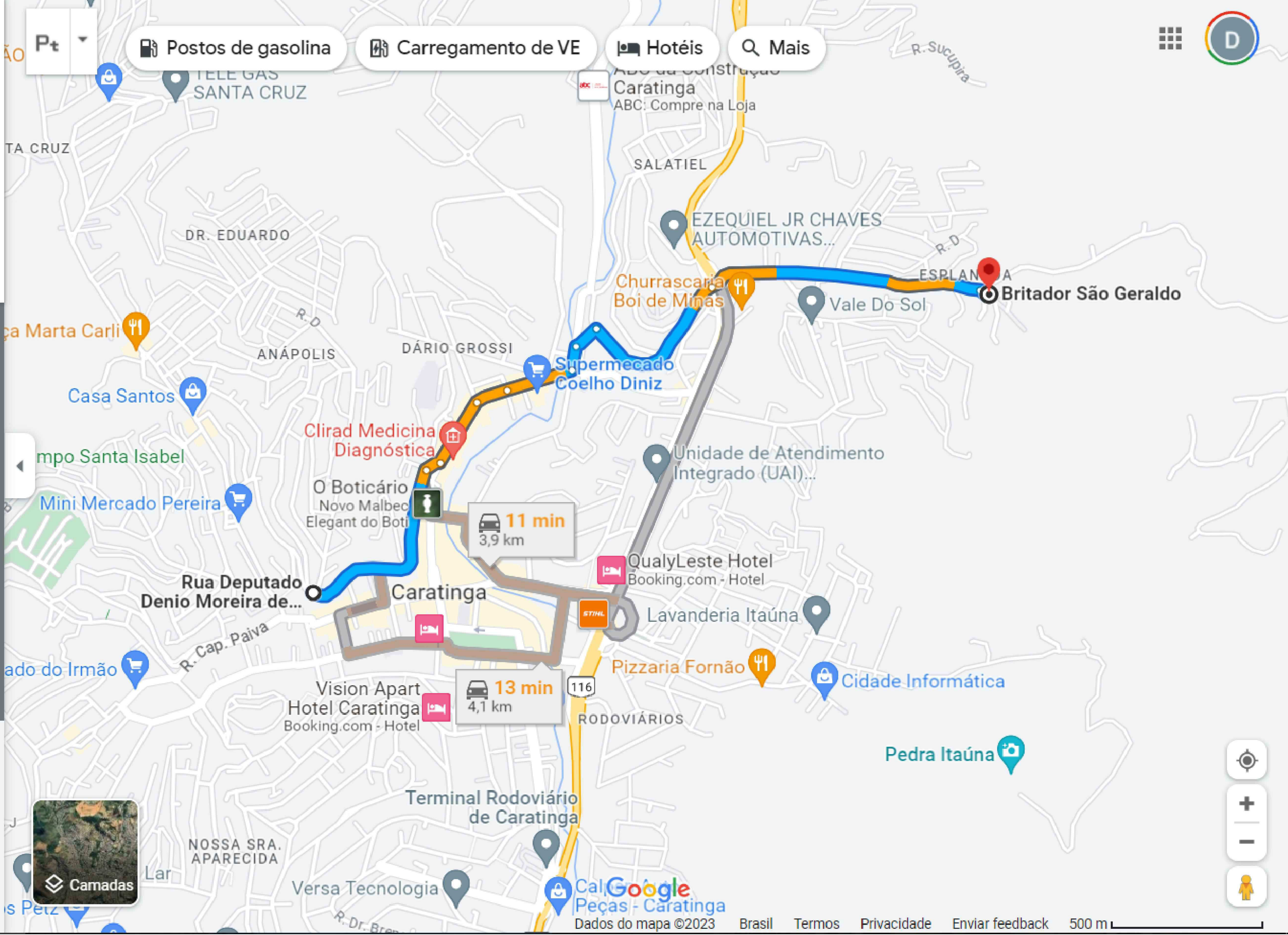
Pouco trânsito, como de costume

3,9 km

via BR-116 e R. Manoel Gonçalves de Castro **13 min**

Pouco trânsito, como de costume

4,1 km



WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55 924638634
 Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
 Dados: 2023.11.01 15:07:52 -03'00'

DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540 554694
 Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
 Dados: 2023.08.08 10:49:13 -03'00'

BRITADOR SÃO GERALDO

RUA DR. MANINHO

– CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 19°46'46.9"S 42°07'28.3"W

– CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 19°47'19.1"S 42°08'44.4"W

	LEGENDA: <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="width: 20px; height: 20px; background-color: black; border: 1px solid black;"></div> <div>BL. EXISTENTE</div> <div style="width: 20px; height: 20px; background-color: black; border: 1px solid black; border-radius: 50%;"></div> <div>PV EXISTENTE</div> </div>	CONVENÇÕES <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>COMPRIMENTO (m) —</p> <p>SENTIDO DO FLUXO</p> </div> <div> <p>MEIO FIO</p> <p>PV A CONSTRUIR</p> </div> <div> <p>EDIFICAÇÃO</p> <p>PV A CONSTRUIR</p> </div> </div>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA – MG DATA: 08-2023 APROV.: ART.:	ESCALA INDICADAS NÚMERO: 6-6 FOLHA:
DATA EXECUT. VISTO APROV. ALTERAÇÕES	BL. EXISTENTE PV EXISTENTE	RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG DES.	WELINGTON MOREIRA – PREFEITO MUNICIPAL DOUGLAS RODRIGUES SEPPE CREA: 331.833 MG	DATA: 08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO



Melhor 10 min 9 min 49 min 21 min

Britador São Geraldo, R. Manoel Gonçalves

R. Srg. Sebastião Nivaldo Amaro, 97 - No

Adicionar destino

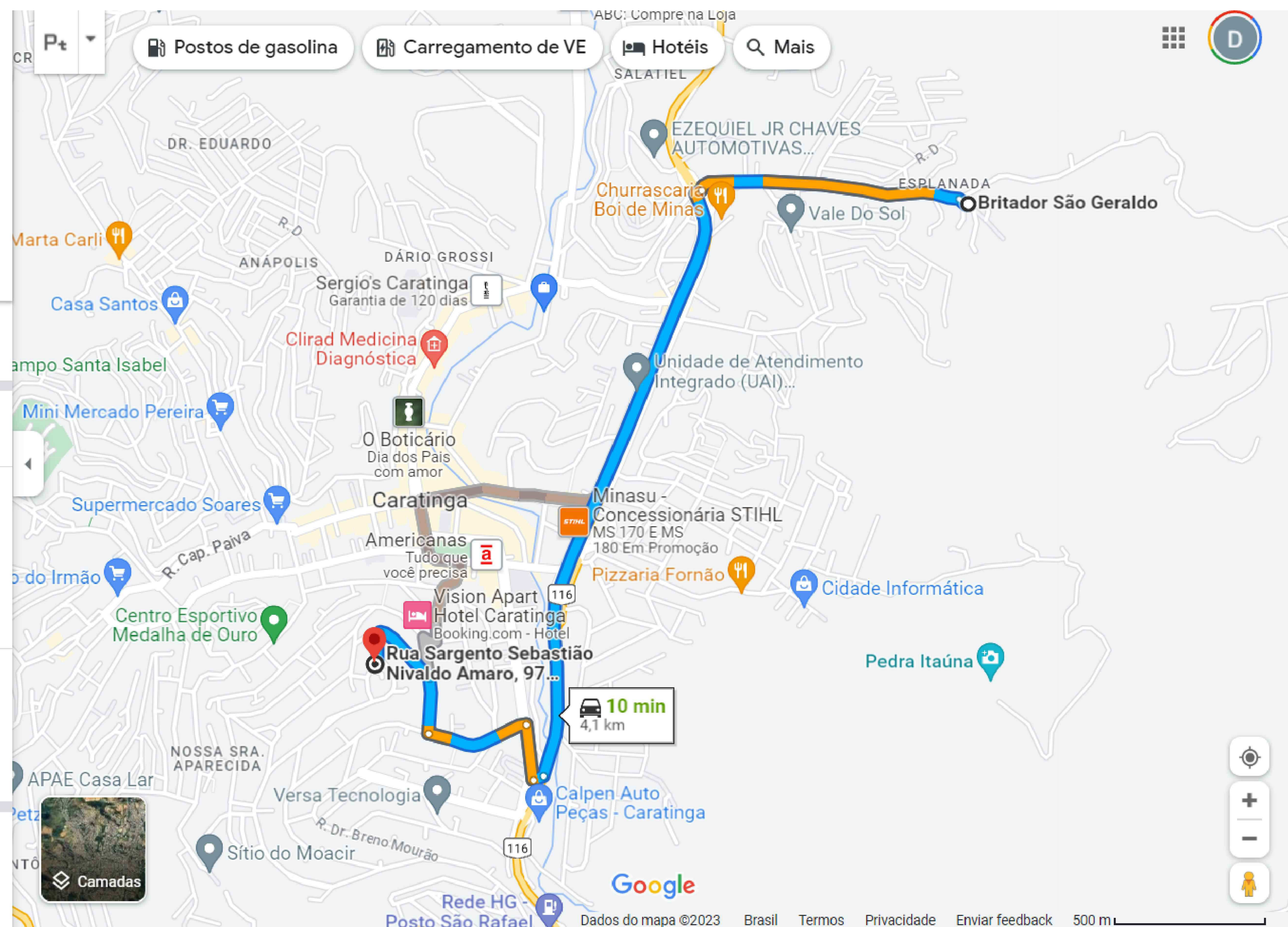
Sair agora Opções

Enviar rotas para seu smartphone

via BR-116 **10 min**
Trajeto mais rápido agora devido às condições de trânsito
4,1 km
[Detalhes](#)

via R. Manoel Gonçalves de Castro e BR-116 **13 min**
Pouco trânsito, como de costume
3,7 km

Conheça locais próximos a R. Srg. Sebastião Nivaldo Amaro, 97 - Nossa Sra. Aparecida



BRITADOR SÃO GERALDO

RUA SGR. NIVALDO AMARO DA SILVA

– CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°46'46.9"S 42°07'28.3"W

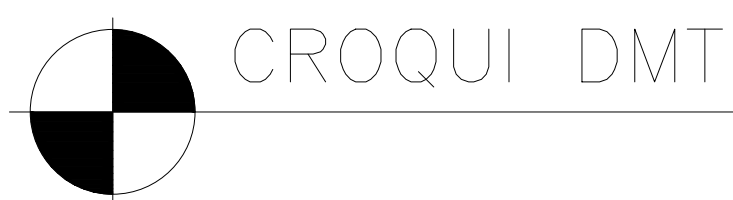
– CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°47'36.6"S 42°08'35.3"W

DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:115405
54694
Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:1154054694
Dados: 2023.08.08 10:48:41 -03'00'

LEGENDA:		CONVENÇÕES		PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA – MG		ESCALA INDICADAS					
BL EXISTENTE PV EXISTENTE		COMPRIMENTO (m) — SENTIDO DO FLUXO DECLIVIDADE(m/m)		MEIO FIO EDIFICAÇÃO PV A CONSTRUIR		DATA: 08-2023 APROV. WELINGTON MOREIRA – PREFEITO MUNICIPAL ART.: DOUGLAS RODRIGUES SEPPE CREA: 331.833 MG DATA: 08/2023		NÚMERO: 4-6 FOLHA:			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO



Melhor 7 min 5 min 36 min 14 min

Melhor
 Carro 7 min
 Moto 5 min
 Ônibus 36 min
 Caminhão 14 min

Britador São Geraldo, R. Manoel Gonçalves de Castro
 R. Pedro Faiçal - Rodoviários, Caratinga -

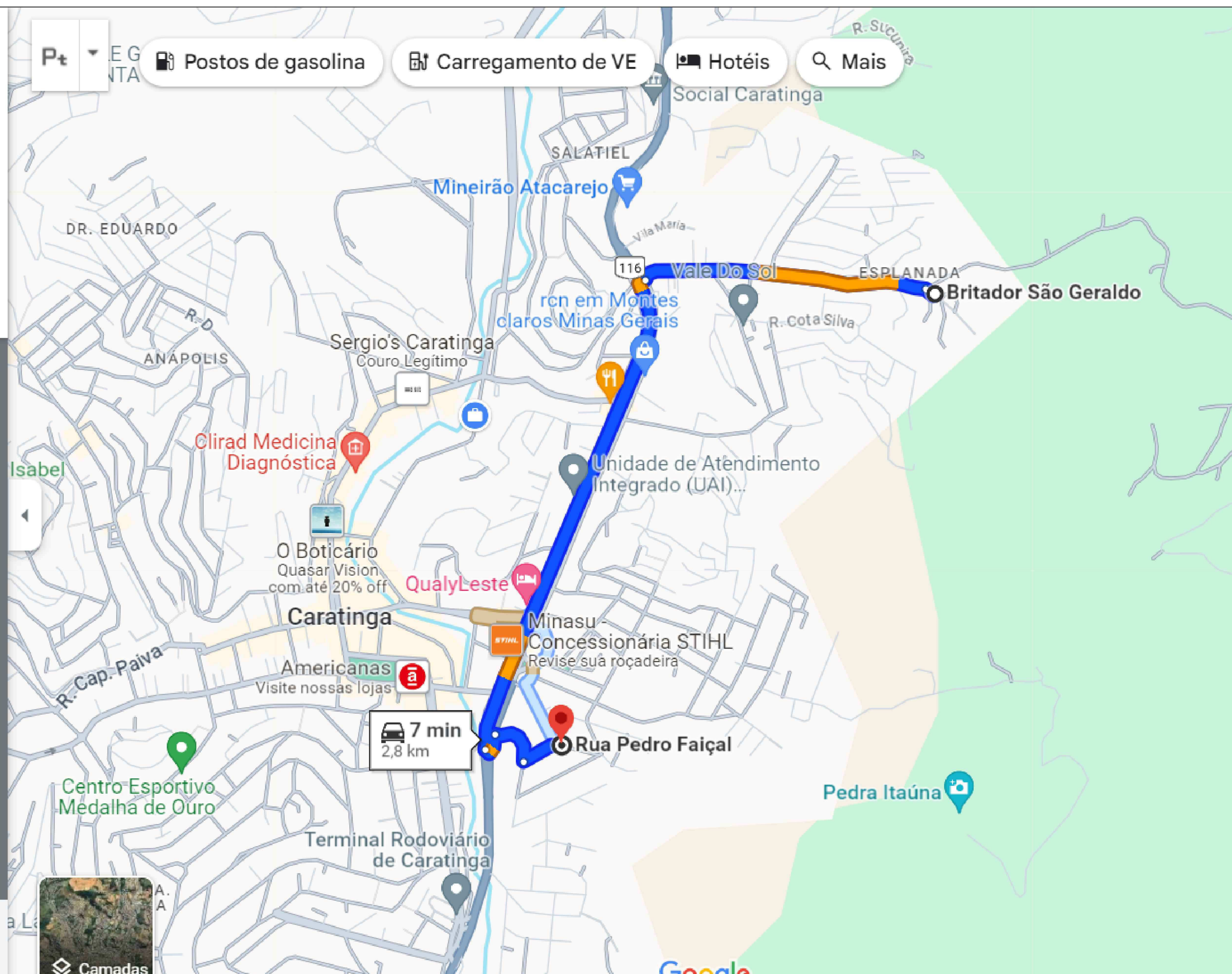
Adicionar destino

Enviar rotas para seu smartphone

via R. Manoel Gonçalves de Castro 7 min e BR-116 2,8 km
 Trajeto mais rápido agora devido às condições de trânsito
[Detalhes](#)

via R. Manoel Gonçalves de Castro, BR-116 e Av. Maria Catarina Cimini 7 min 2,8 km

Conheça locais próximos a R. Pedro Faiçal - Rodoviários



WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:5924638634
 Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:5924638634
 Dados: 2023.11.01 15:09:34 -03'00'

BRITADOR SÃO GERALDO
 – CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 19°46'46.9"S 42°07'28.3"W

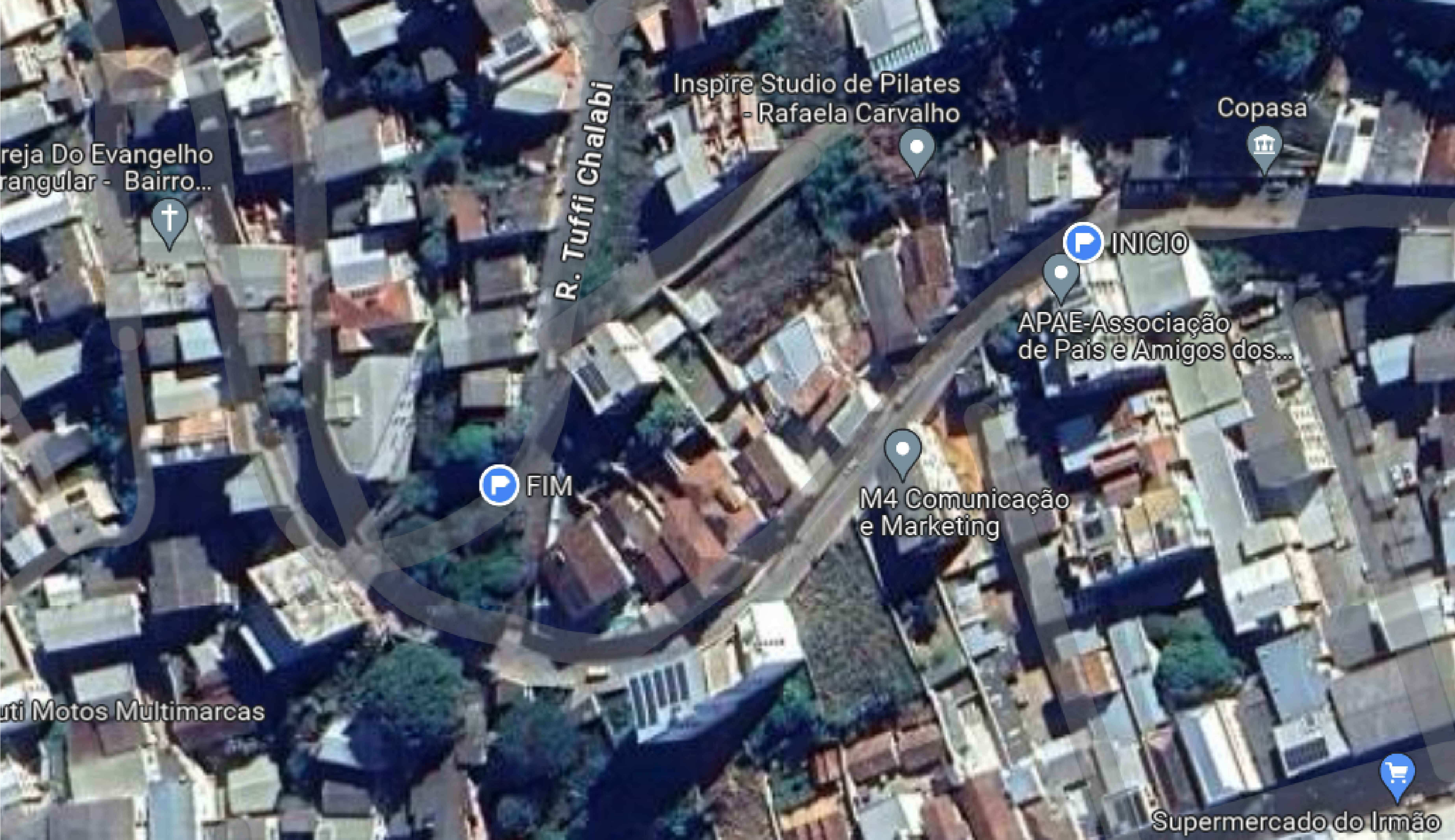
RUA ANTONIO DE ASSIS E PEDRO FAIÇAL
 – CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 19°47'31.7"S 42°08'07.5"W

DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:115405546944694
 Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:115405546944694
 Dados: 2023.10.26 16:11:49 -03'00'

LEGENDA:		CONVENÇÕES		PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA – MG		ESCALA INDICADAS	
BL EXISTENTE PV EXISTENTE		COMPRIMENTO (m) — SENTIDO DO FLUXO DECLIVIDADE(m/m)		MEIO FIO EDIFICAÇÃO PV A CONSTRUIR		DATA: 10-2023 APROV. DES. ART.: DATA: 10/2023	
				RUA DO MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG		Nº: WELINGTON MOREIRA – PREFEITO MUNICIPAL Nº: DOUGLAS RODRIGUES SEPPE CREA: 331.833-MG	
DATA EXECUT. VISTO APROV. ALTERAÇÕES						Nº: FOLHA: ARQ:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG
RECAPEAMENTO ASFALTICO

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



RUA DR. MANINHO
PONTO INICIAL
- CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°47'16.7"S 42°08'39.7"W

RUA DR. MANINHO
PONTO FINAL
- CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°47'18.4"S 42°08'43.8"W

WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634

Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:43:06 -03'00'

DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694

Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
Dados: 2024.02.16 09:52:32 -03'00'

g	
b	
c	
DATA	EXECUT. VISTO APROV. ALTERAÇÕES

LEGENDA:

	BL. EXISTENTE
	PV EXISTENTE

CONVENÇÕES

COMPRIIMENTO (m)	-	MEIO FIO		EDIFICAÇÃO
SENTIDO DO FLUXO	DECLIVIDADE(m/m)			PV A CONSTRUIR

RUAS DO MUNICÍPIO DE	
CARATINGA - MG	
DES.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - MG

DATA: 02-2024	Ass. WELINGTON MOREIRA - PREFEITO MUNICIPAL
APROV.	RT. DOUGLAS RODRIGUES SEPPE CREA: 331.833 MG
ART:	DATA: 02/2024

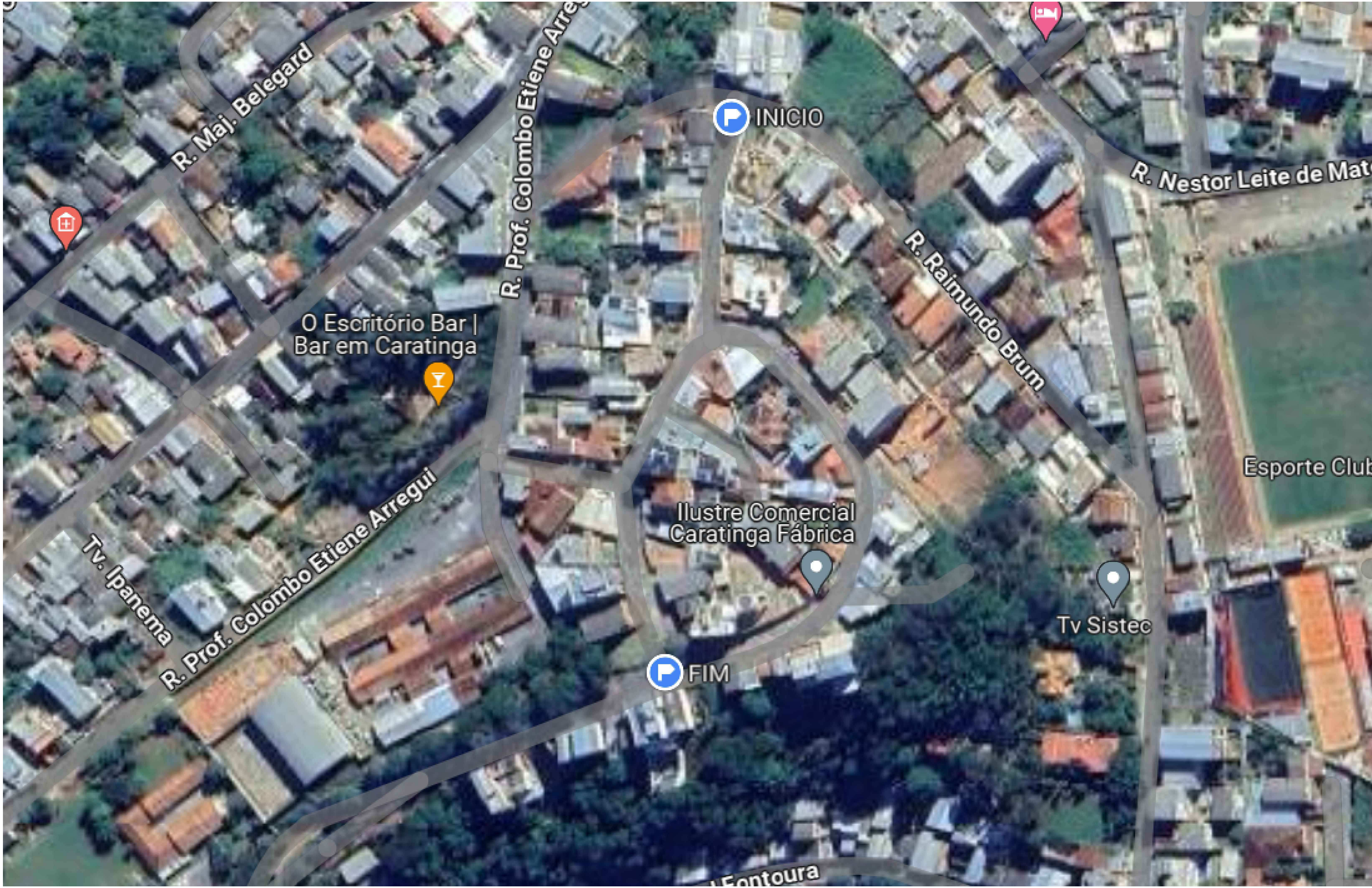
ESCALA INDICADAS

NÚMERO:	10-12
FOLHA:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



RUA SGR. NIVALDO AMARO DA SILVA
 PONTO INICIAL
 – CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 19°47'33.5"S 42°08'34.7"W

RUA SGR. NIVALDO AMARO DA SILVA
 PONTO FINAL
 – CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 19°47'40.5"S 42°08'35.6"W

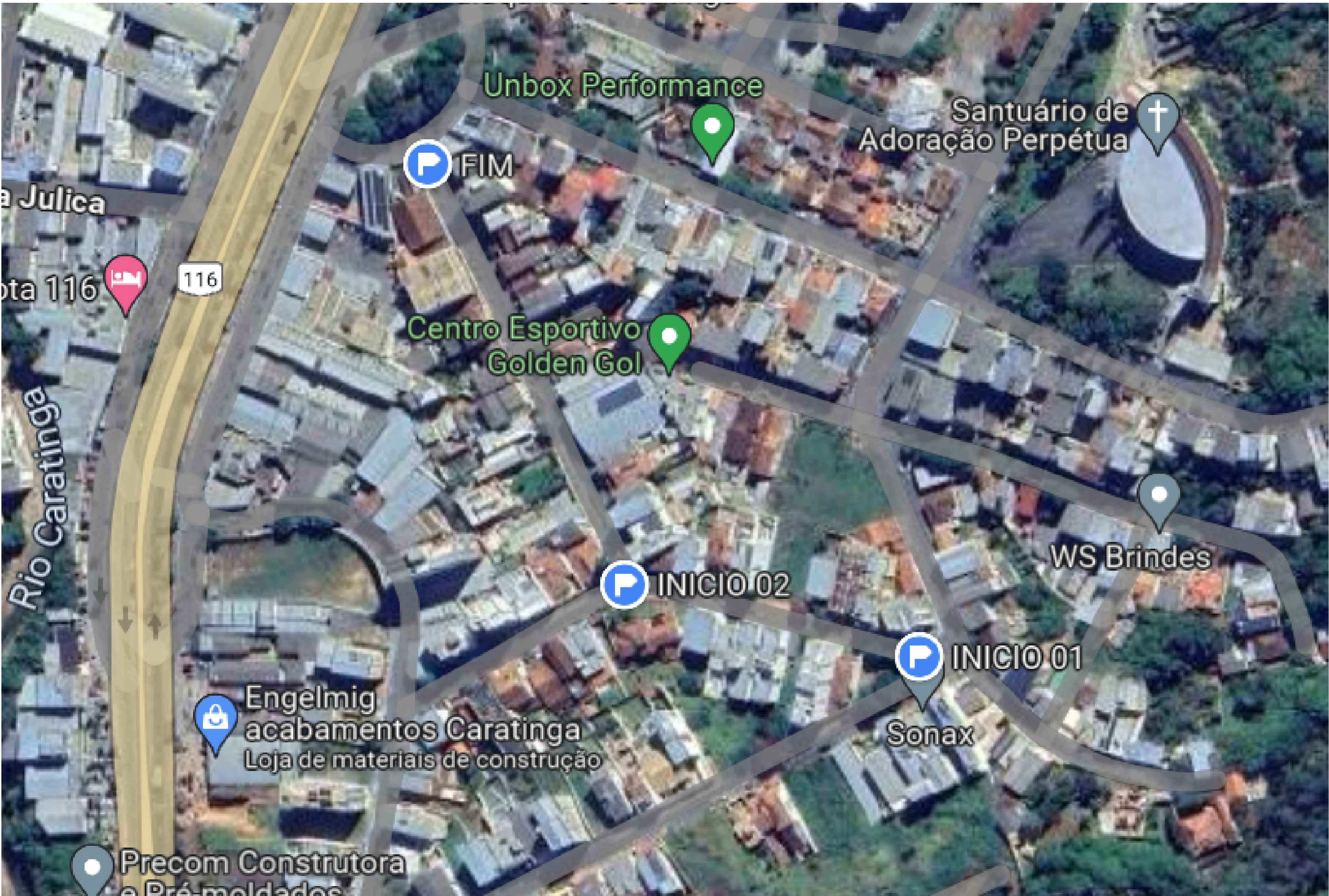
WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55 924638634
 Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
 Dados: 2024.02.16 11:44:25 -03'00'

DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540 554694
 Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
 Dados: 2024.02.16 09:53:35 -03'00'

<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="width: 20%;">DATA</td><td style="width: 20%;">EXECUT.</td><td style="width: 20%;">VISTO</td><td style="width: 20%;">APROV.</td><td style="width: 20%;"></td></tr> <tr><td colspan="5" style="text-align: center;">ALTERAÇÕES</td></tr> </table>	DATA	EXECUT.	VISTO	APROV.		ALTERAÇÕES					<p>LEGENDA:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>BL EXISTENTE</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>PV EXISTENTE</p> </div> </div>	<p>CONVENÇÕES</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">COMPRIMENTO (m) —</td> <td style="width: 50%;">MEIO FIO</td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;">SENTIDO DO FLUXO</td> <td style="width: 50%;">DECLIVIDADE(m/m)</td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%;">EDIFICAÇÃO</td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%;">PV A CONSTRUIR</td> </tr> </table>	COMPRIMENTO (m) —	MEIO FIO	SENTIDO DO FLUXO	DECLIVIDADE(m/m)		EDIFICAÇÃO		PV A CONSTRUIR	<p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA – MG</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">DATA: 02-2024</td> <td style="width: 50%;">MUN. WELINGTON MOREIRA – PREFEITO MUNICIPAL</td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;">APROV.</td> <td style="width: 50%;">CREA: 331.833 MG</td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;">ART.:</td> <td style="width: 50%;">DATA: 02/2024</td> </tr> </table>	DATA: 02-2024	MUN. WELINGTON MOREIRA – PREFEITO MUNICIPAL	APROV.	CREA: 331.833 MG	ART.:	DATA: 02/2024	<p style="text-align: center;">ESCALA INDICADAS</p> <p style="text-align: center;">NÚMERO: 2-12</p> <p style="text-align: center;">FOLHA:</p>
DATA	EXECUT.	VISTO	APROV.																									
ALTERAÇÕES																												
COMPRIMENTO (m) —	MEIO FIO																											
SENTIDO DO FLUXO	DECLIVIDADE(m/m)																											
	EDIFICAÇÃO																											
	PV A CONSTRUIR																											
DATA: 02-2024	MUN. WELINGTON MOREIRA – PREFEITO MUNICIPAL																											
APROV.	CREA: 331.833 MG																											
ART.:	DATA: 02/2024																											

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG
RECAPEAMENTO ASFALTICO

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:43:46 -03'00'

DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
Dados: 2024.02.16 09:53:08 -03'00'

RUA ANTONIO DE ASSIS INICIO 02 RUA ANTONIO DE ASSIS FIM RUA PEDRO FAIÇAL INICIO 01 RUA PEDRO FAIÇAL INICIO 02

— CORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°47'31.6"S 42°08'07.7"W — CORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°47'25.9"S 42°08'10.6"W — CORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°47'32.6"S 42°08'03.5"W — CORDENADAS GEOGRÁFICAS: 19°47'31.6"S 42°08'07.7"W

LEGENDA:		CONVENÇÕES		PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA – MG		ESCALA INDICADAS	
				DATA: 02-2024 APROV. _____ ART.: _____		NÚMERO: 6-12 FOLHA: _____ ARO: _____	
1	2	3	4	5	6	7	8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO

CROQUI DMT
REFINARIA / OBRA

Melhor 5 h 26 ... 5h40 15 h 3 dias 21 h

R. Dr. Maninho, 594 - Centro, Caratinga - M

Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim

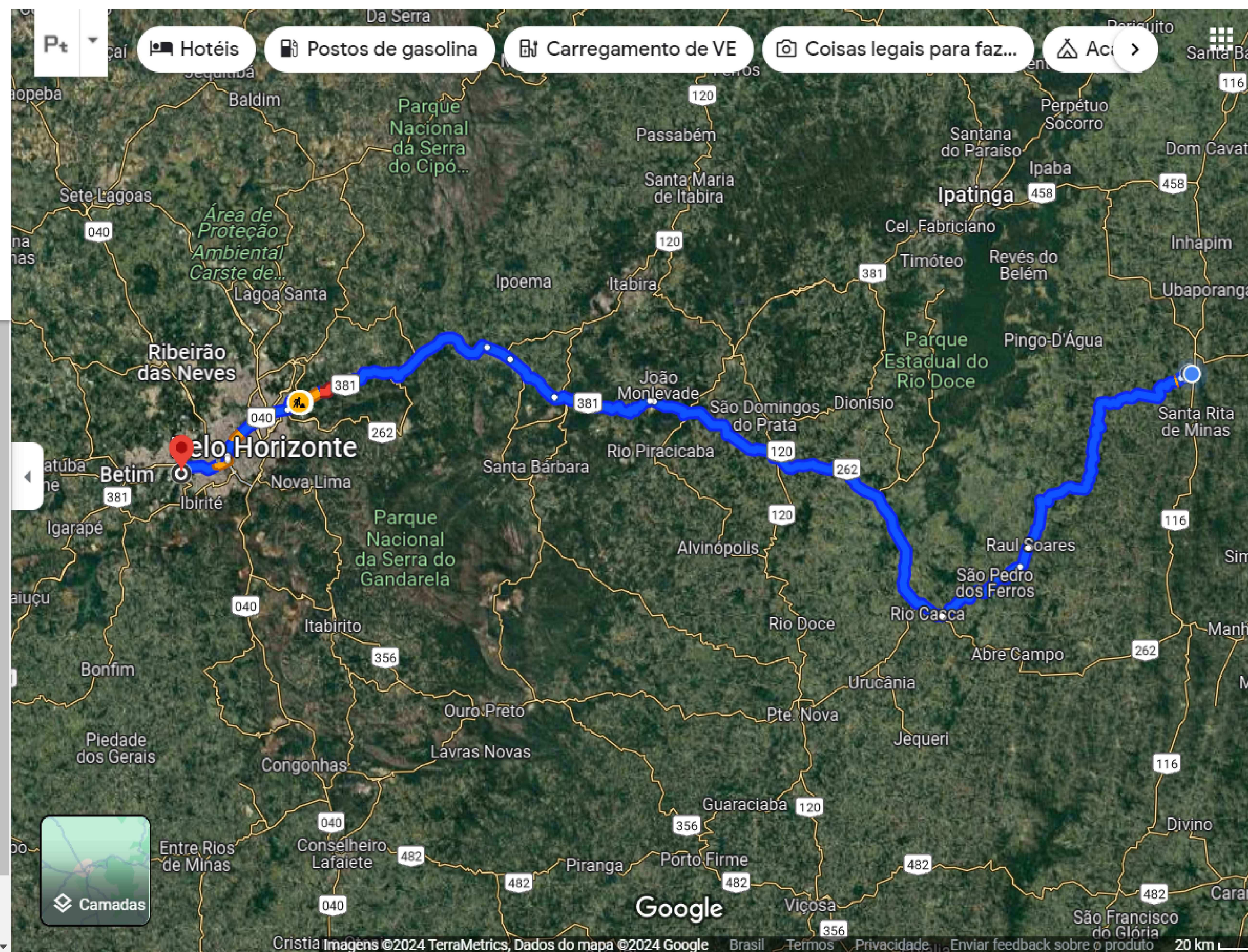
Adicionar destino

Sair agora Opções

Enviar rotas para seu smartphone Copiar link

via MG-329 e BR-262 5 h 26 min
312 km
Trajeto mais rápido agora devido às condições de trânsito
⚠ Este trajeto tem uso restrito ou estradas privadas.
Detalhes

Conheça Distrito Industrial Paulo Camilo Sul



DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:11540554694
Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
Dados: 2024.02.16 09:51:12 -03'00'

WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:40:39 -03'00'

RUA DR. MANINHO
PONTO INICIAL
- CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°47'16.7"S 42°08'39.7"W

REFINARIA GABRIEL PASSOS
- CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°58'15.1"S 44°05'52.5"W

LEGENDA:		CONVENÇÕES		PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - MG		ESCALA INDICADAS	
				DATA: 02-2024 APROV.: ART.:		Nº. WELINGTON MOREIRA - PREFEITO MUNICIPAL CREA: 331.833 MG DATA: 02/2024	
BL EXISTENTE PV EXISTENTE		PV A CONSTRUIR		RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA - MG		NÚMERO: 15 FOLHA:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO

CROQUI DMT
REFINARIA / OBRA

🏠 Melhor 5 h 35 ... 🚗 5h47 🚝 14 h 🚶 3 dias 🚴 21 h

📍 Escadaria Alcides Leite De Matos, 133 - C
📍 Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim

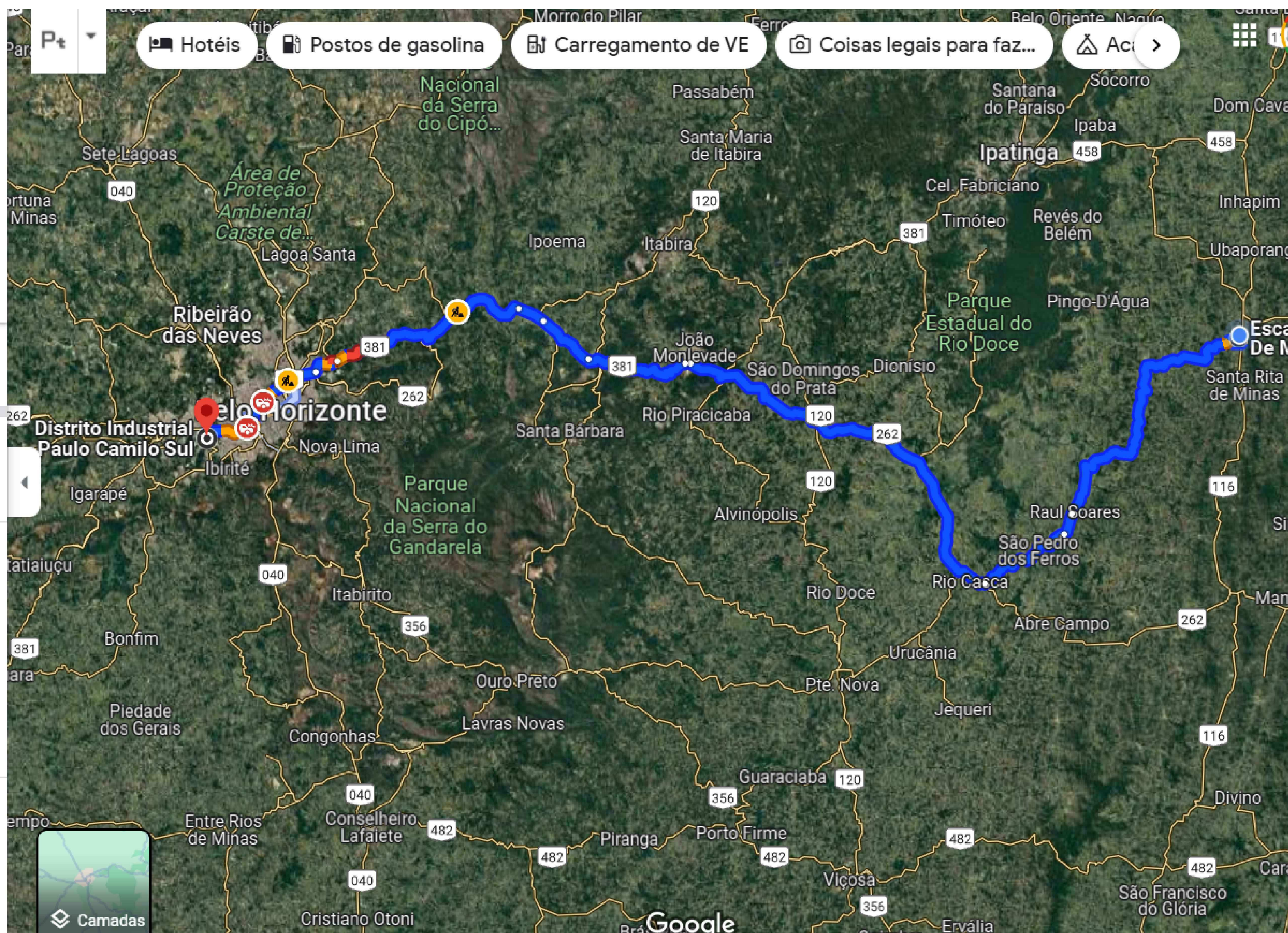
+ Adicionar destino

Sair agora Opções

📱 Enviar rotas para seu smartphone 🔗 Copiar link

🚗 **via MG-329 e BR-262** **5 h 35 min**
 Trajeto mais rápido agora devido às condições de trânsito 314 km
 ⚠️ Este trajeto tem uso restrito ou estradas privadas.
[Detalhes](#)

🚗 **via MG-329, BR-262 e BR-381** **5 h 45 min**
 Pouco trânsito, como de costume 318 km



DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:11540554694
4694

Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
Dados: 2024.02.16 09:51:46 -03'00'

WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
34

Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:41:53 -03'00'

RUA SGR. NIVALDO AMARO DA SILVA
PONTO INICIAL
- CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°47'33.5"S 42°08'34.7"W

REFINARIA GABRIEL PASSOS
- CORDENADAS GEOGRÁFICAS:
19°58'15.1"S 44°05'52.5"W

	LEGENDA: <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>BL EXISTENTE</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>PV EXISTENTE</p> </div> </div>	CONVENÇÕES <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>COMPRIIMENTO (m) —</p> <p>SENTIDO DO FLUXO</p> <p>DECLIVIDADE(m/m)</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>MEIO FIO</p> <p>PV A CONSTRUIR</p> </div> </div>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - MG DATA: 02-2024 APROV. _____ ART.: _____	ESCALA INDICADAS NÚMERO: 13 FOLHA: _____							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONVÊNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA DATA: 16/02/2024

CONVÊNIO Nº 1301003234/2022

OBRA: MELHORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG FOLHA Nº 03/06

LOCAL PACTUADO ORIGINALMENTE NO CONVÊNIO: RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA

LOCAL DA AMPLIAÇÃO DE METAS: RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA

ITENS CONVÊNIO ORIGINALMENTE CELEBRADO	ETAPAS/DESCRIÇÃO DO CONVÊNIO ORIGINALMENTE CELEBRADO	FÍSICO/FINANCEIRO		FÍSICO/FINANCEIRO - AMPLIAÇÃO DE METAS - A EXECUTAR		FÍSICO/FINANCEIRO GLOBAL DO CONVÊNIO (PREVISTO ORIGINALMENTE + A EXECUTAR)
		Físico %	Financeiro			
1.0	INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA	Físico %	0,48%	50,00%	50,00%	
		Financeiro	R\$6.520,08			
2.0	RECAPEAMENTO ASFALTICO EM CBUQ	Físico %	99,52%	50,00%	50,00%	
		Financeiro	R\$1.352.759,92			
TOTAL DO CONVÊNIO ORIGINAL		Físico %	100,00%	50,00%	50,00%	
		Financeiro	R\$1.359.280,00	R\$255.841,19	R\$255.841,19	R\$1.870.962,36

Assinado de forma digital por
DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:11540554694
Data: 2024.02.16 09:50:53 -03'00'

Douglas Rodrigues Seppe
ENGENHEIRO CIVIL - CREA : 331.833/D

Assinado de forma digital por
WELINGTON MOREIRA DE
OLIVEIRA
DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:39:58 -03'00'

Wellington Moreira de Oliveira
Prefeito Municipal



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20221205403

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

RAFAEL TEIXEIRA DINIZ

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1420782533**

Registro: **332821MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA**

CPF/CNPJ: **18.334.268/0001-25**

TRAVESSA CORONEL FERREIRA SANTOS

Nº: **30**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CARATINGA**

UF: **MG**

CEP: **35300024**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1.548.978,16**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO

Nº: **00**

Complemento:

Bairro: **DIVERSOS**

Cidade: **CARATINGA**

UF: **MG**

CEP: **35300000**

Data de Início: **15/07/2022**

Previsão de término: **15/11/2022**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade:

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA**

CPF/CNPJ: **18.334.268/0001-25**

4. Atividade Técnica

18 - Fiscalização

Quantidade

Unidade

60 - Fiscalização de obra > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO
 > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS

775,02

m³

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Confea) .

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

RAFAEL TEIXEIRA
DINIZ:01993661603

Assinado de forma digital por RAFAEL
 TEIXEIRA DINIZ:01993661603
 Dados: 2022.10.20 10:51:27 -03'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

RAFAEL TEIXEIRA DINIZ - CPF: 019.936.616-03

_____, _____ de _____ de _____

Local

data

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - CNPJ: 18.334.268/0001-25

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 233,94**

Registrada em: **07/06/2022**

Valor pago: **R\$ 233,94**

Nosso Número: **8598868229**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 8CC5W
 Impresso em: 20/10/2022 às 10:48:16 por: , ip: 177.136.194.90





PLANILHA ORÇAMENTARIA DE CUSTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA		FOLHA NR 02/06		
PLEITO: 1 TERMO ADITIVO DE AMPLIAÇÃO DE METAS		DATA DA PLANILHA APROVADA: 12/2022		
OBRA: MELHORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG				
LOCAL DA AMPLIAÇÃO DE METAS: RUAS DO MUNICÍPIO DE CARATINGA		FORMA DE EXECUÇÃO:		
REFERÊNCIA DE PREÇOS DA AMPLIAÇÃO DE METAS: PREÇOS E BDI REFERENTE AO PROCESSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº002/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº004/2023.		()	DIRETA (x)	INDIRETA
DEMONSTRATIVO DE BDI EXTRAÍDO DA PLANILHA APROVADA.		ISS:	3,00%	BDI: 22,54%

ITEM	FUNTE	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI	PREÇO TOTAL
1.0 INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA R\$1.529,21								
1.1	SEINFRA	ED-50393	OBRAS COM VALOR ENTRE 1.000.000,01 E 3.000.000,00	%	0,30			R\$1.529,21
1.2	SEINFRA	RO-44638	Tapa-buraco com concreto betuminoso usinado a quente (Execução incluindo usinagem, pintura de ligação, aplicação da massa, fornecimento e transporte dos agregados, excluindo fornecimento e transporte do material betuminoso)	M2	SERVIÇO A SER EXECUTADO PELO MUNICÍPIO			
1.3	SEINFRA	ED-50703	LIMPEZA DO TERRENO, INCLUSIVE CAPINA, RASTELAMENTO COM AFASTAMENTO ATÉ 20M E QUEIMA CONTROLADA	M2	SERVIÇO A SER EXECUTADO PELO MUNICÍPIO			
2 RECAPEAMENTO ASFALTICO EM CBUQ R\$510.153,15								
2.1	SEINFRA	RO-51229	PINTURA DE LIGAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO) 1hCAMADA	M²	6.585,50	R\$1,51	R\$1,85	R\$12.183,18
2.3	SEINFRA	RO-41376	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM	TXKM	1.032,03	R\$0,45	R\$0,55	R\$567,62
2.4	SEINFRA	ED-7623	EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFALTICA ATÉ A PISTA	M²	263,42	R\$1.278,90	R\$1.649,13	R\$434.413,82
2.5	SEINFRA	ED-14763	SARJETA DE CONCRETO URBANO (SCU), TIPO 2, COM FCK 15 MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 15%, ESP. 7CM, PADRÃO DERMG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APLACAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CA=AMBA)	M	1.535,29	R\$33,10	R\$40,56	R\$62.271,36
2.6	SEINFRA	RO-14031	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE <= 10,0 KM (VOLUME COMPACTADO)	M³XKM	843,73	R\$0,69	R\$0,85	R\$717,17

VALOR DA PLANILHA APROVADA								R\$511.682,36
----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------------

DOUGLAS RODRIGUES
SEPPE:11540554694
Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540554694
Dados: 2024.02.16 09:50:02 -03'00'

Douglas Rodrigues Seppe
ENGENHEIRO CIVIL - CREA: : 331.833/D

WellingtonMoreira
Prefeito Municipal

WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:5592463863
Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:5592463863
Dados: 2024.02.16 11:35:38 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RUA SGR. NIVALDO AMARO DA SILVA

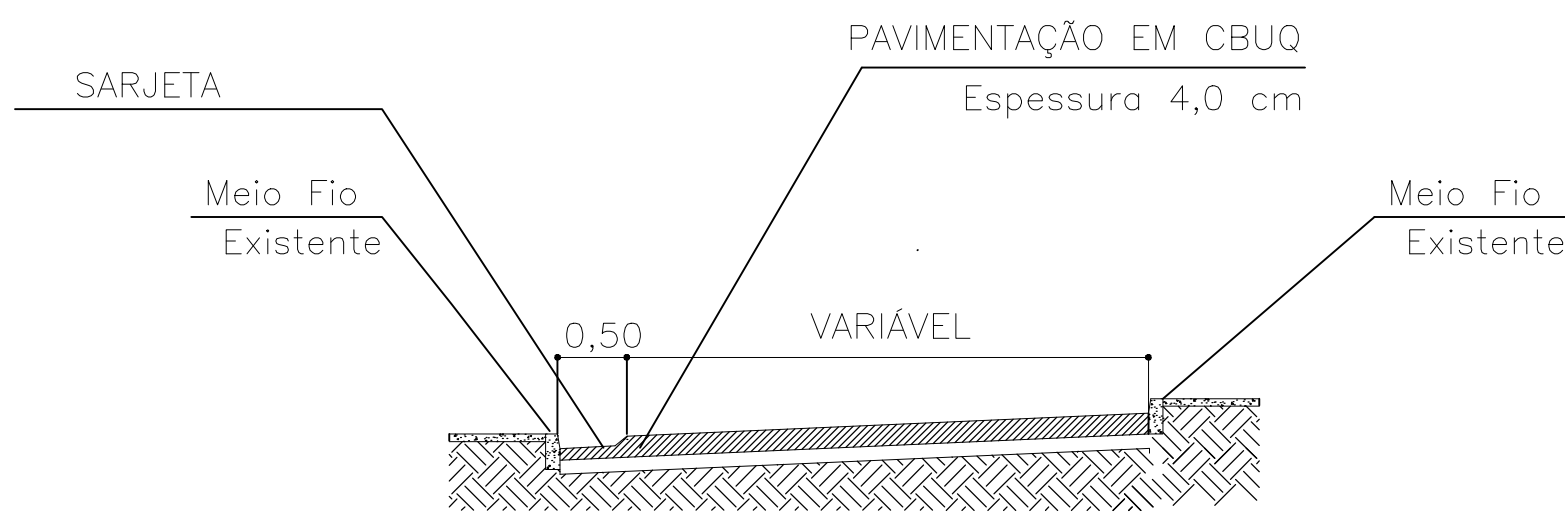
RECAPEAMENTO ASFALTICO

- ÁREA: 1751,24 m²

PROJETO PAVIMENTAÇÃO
ESCALA: 1:350

SEÇÃO TRANSVERSAL DE PISTA DE ROLAMENTO

RECAPEAMENTO



PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA CBUQ,
E = 4,00 CM

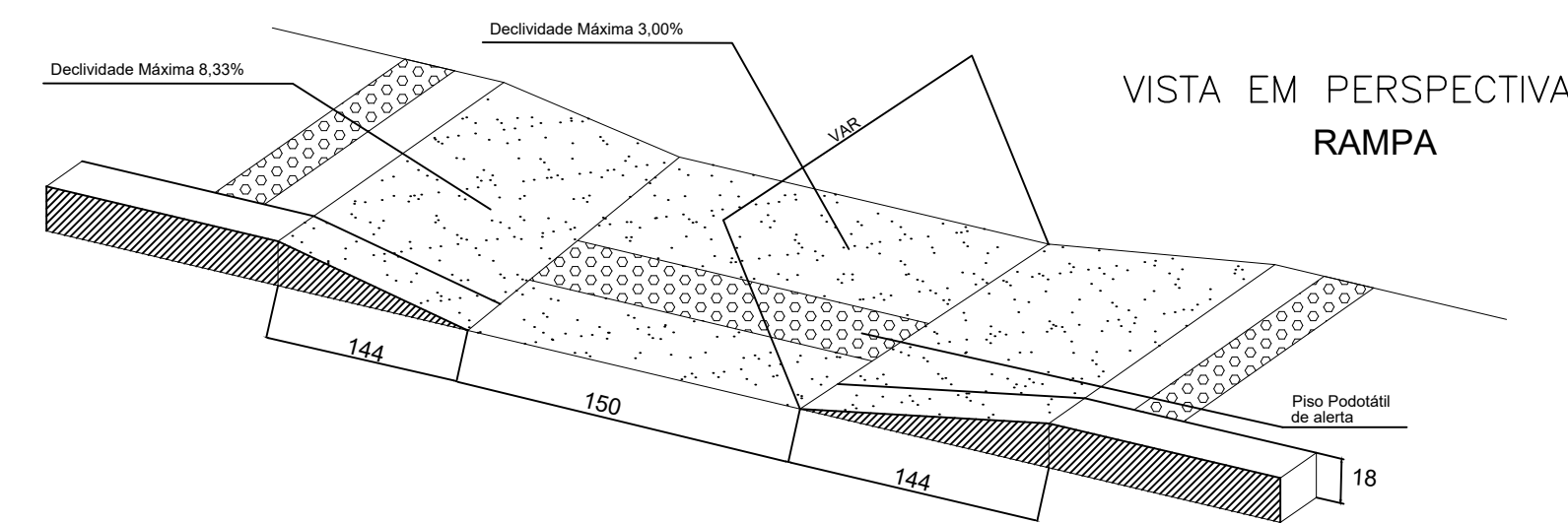
SARJETA DE CONCRETO COM FCK
15 MPA , LARGURA DE 50CM
COM I 15%, ESP. 7CM

MEIO-FIO EXISTENTE

SARJETA DE CONCRETO COM FCK
15 MPA , LARGURA DE 50CM
COM I 15%, ESP. 7CM

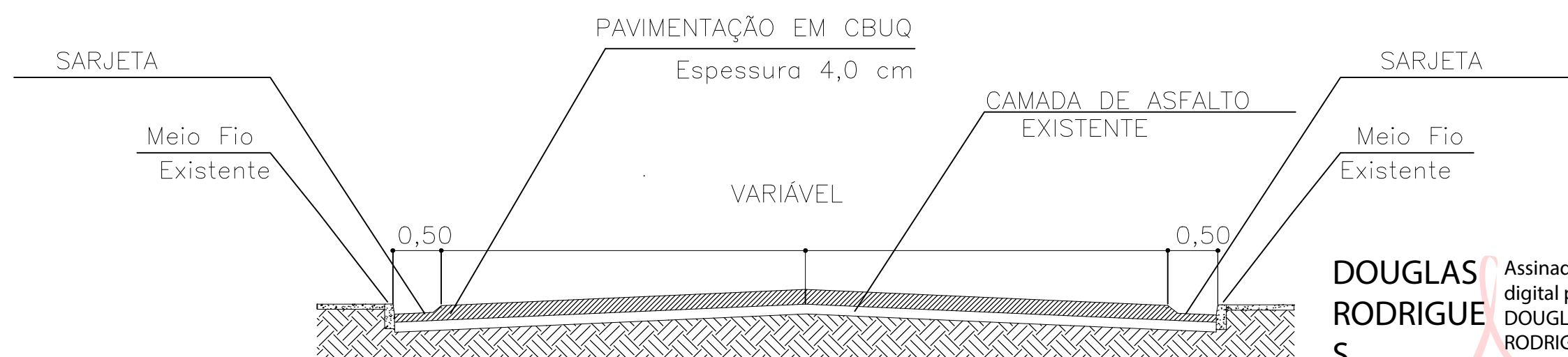
SARJETA DE CONCRETO COM FCK
15 MPA , LARGURA DE 50CM
COM I 15%, ESP. 7CM

MEIO-FIO EXISTENTE



SEÇÃO TRANSVERSAL DE PISTA DE ROLAMENTO

RECAPEAMENTO



DOUGLAS RODRIGUES S
Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:1154055469
SEPPE:1154055469
0554694
Dados: 2024.02.06 14:54:46 -03'00'

WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.07 11:38:07 -03'00'

LEGENDA:



CONVENÇÕES

COMPRIMENTO (m) -
SENTIDO DO FLUXO DECLIVIDADE(m/m)

MEIO FIO
EDIFICAÇÃO
PV A CONSTRUIR

RUAS DO MUNICÍPIO DE
CARATINGA - MG
DES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - MG

DATA: 02-2024

APROV. WELINGTON MOREIRA - PREFEITO MUNICIPAL

ART. DOUGLAS RODRIGUES SEPPE CREA: 331.833 MG

DATA: 02/2024

ESCALA INDICADAS

NÚMERO: 1-12

FOLHA: 1-12

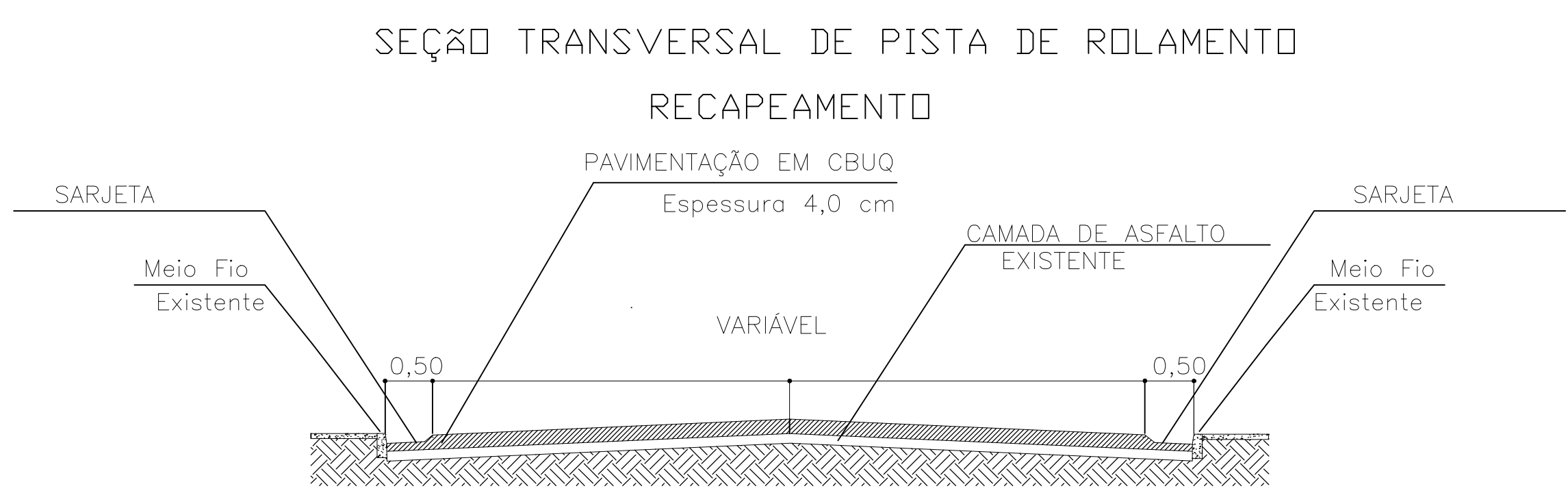
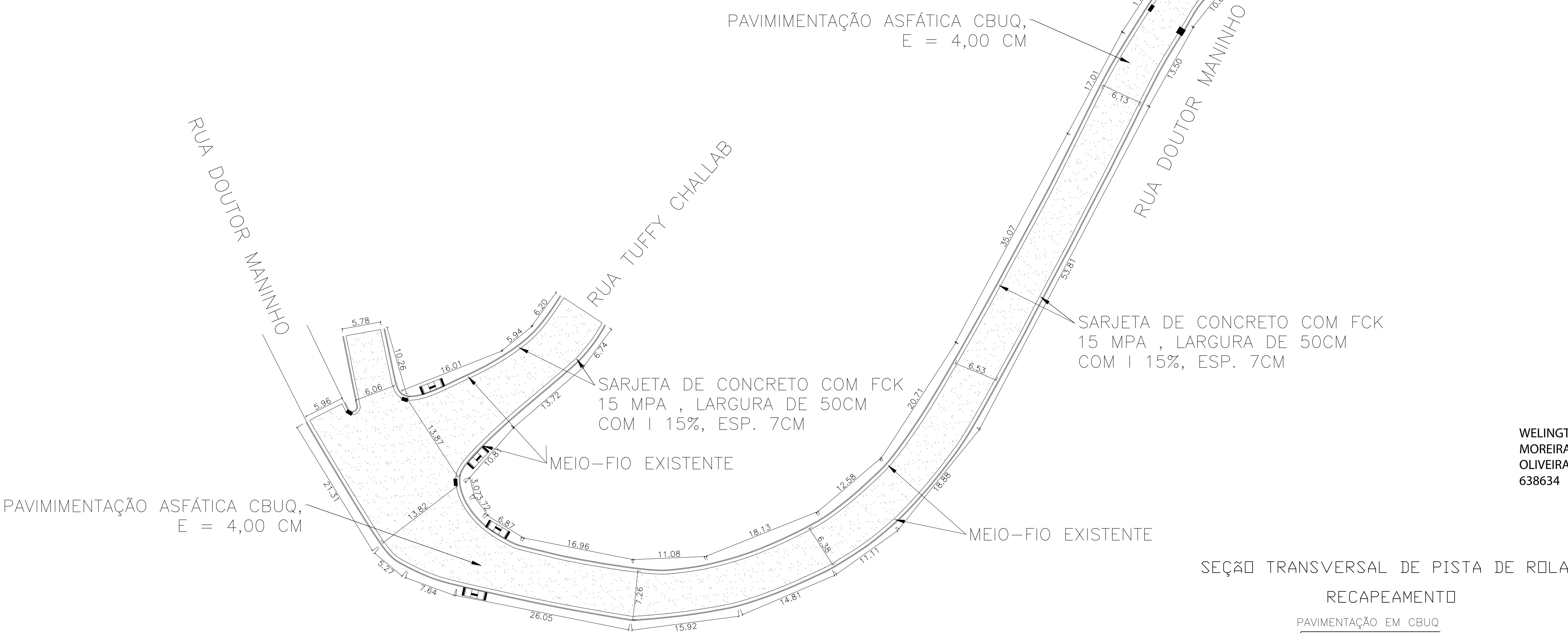
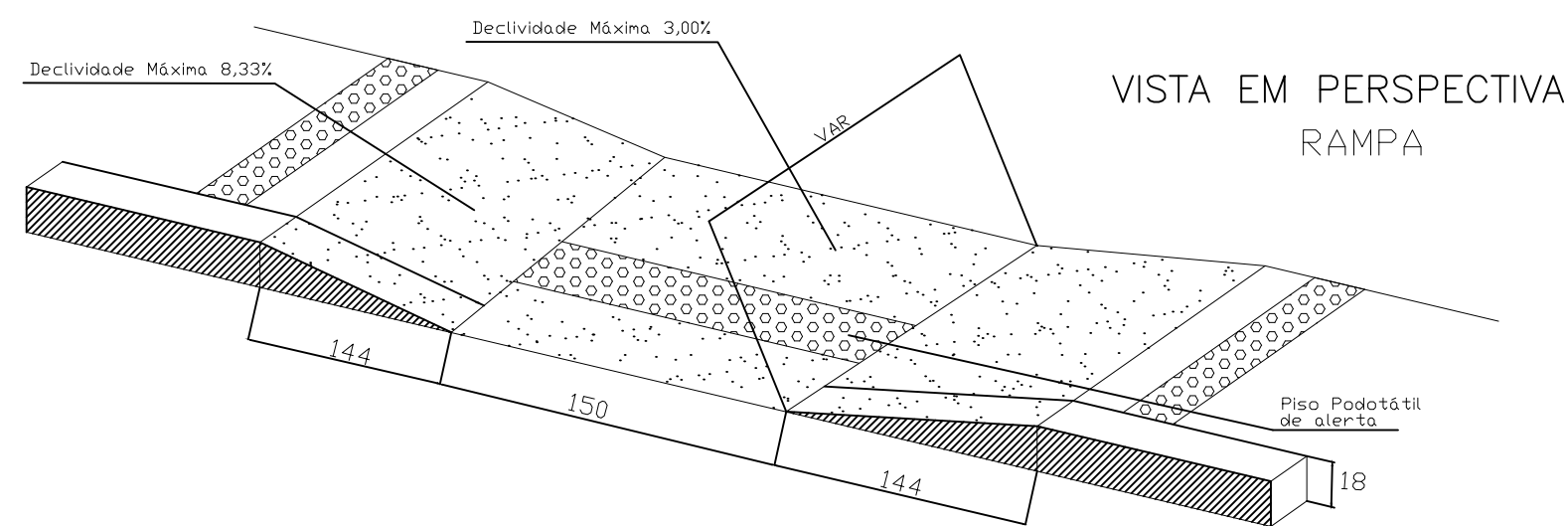
ARG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

RECAPEAMENTO ASFALTICO

RUA DR. MANINHO
- ÁREA: 1887,00 m²

PROJETO PAVIMENTAÇÃO
ESCALA: 1:350



WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
Dados: 2024.02.16 11:46:21 -03'00'

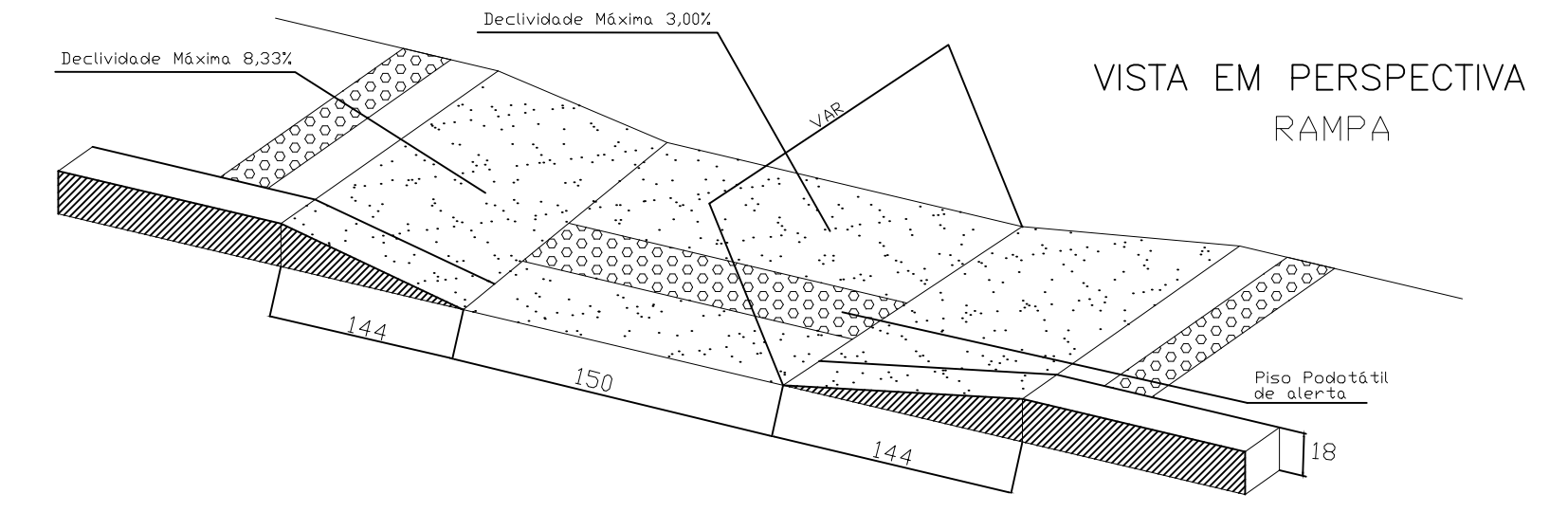
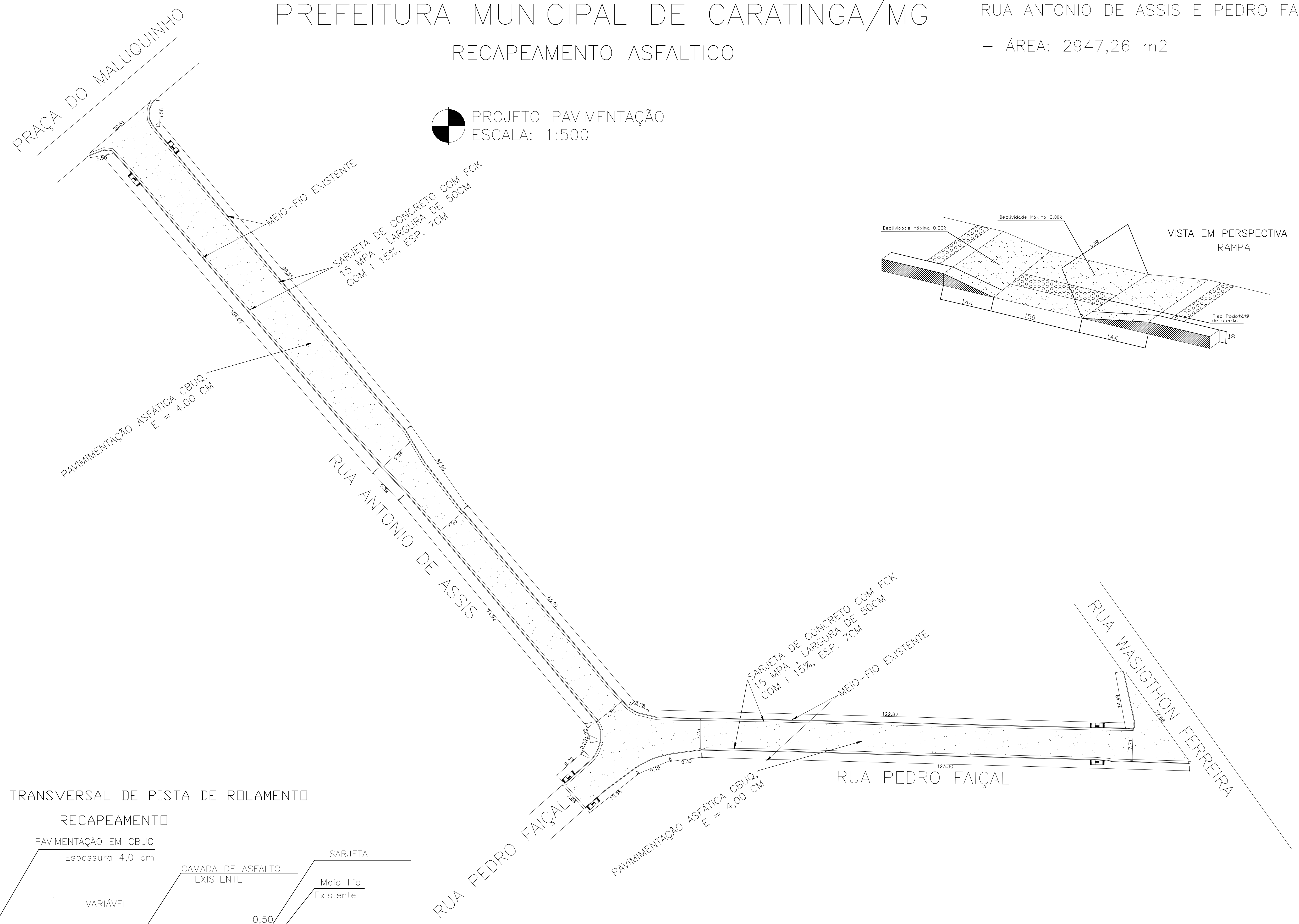
LEGENDA: 		CONVENÇÕES COMPRIMENTO (m) - SENTIDO DO FLUXO DECLIVIDADE(m/m)		MEIO FIO EDIFICAÇÃO PV A CONSTRUIR		RUA DO MUNICÍPIO DE CARATINGA - MG DES.		PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - MG DATA: 02-2024 APROV. ART.: WELINGTON MOREIRA - PREFEITO MUNICIPAL RT: DOUGLAS RODRIGUES SEPPE CREA: 331.833 MG DATA: 02/2024		ESCALA INDICADAS NÚMERO: 9-12 FOLHA: 12	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA/MG

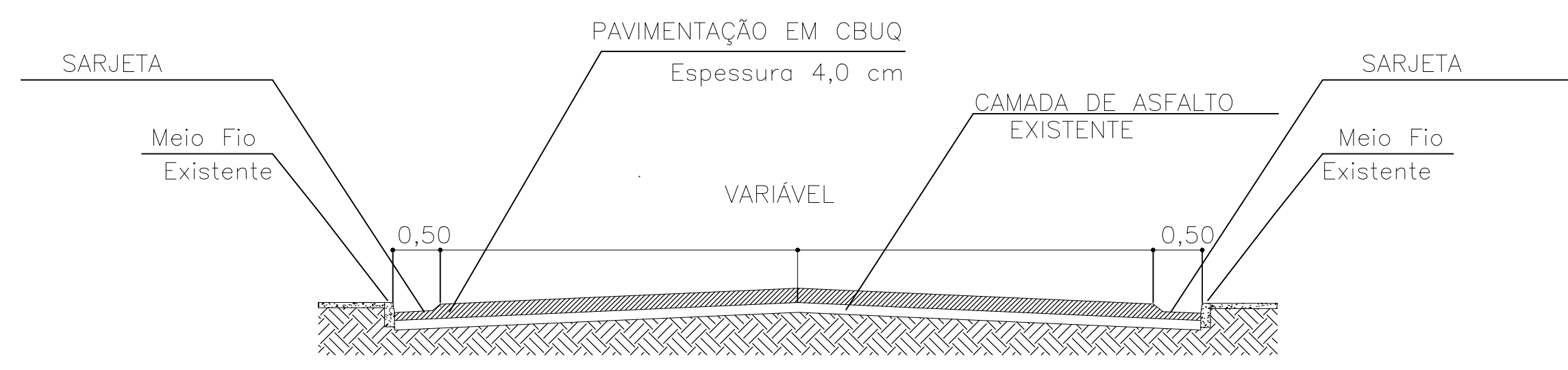
RECAPEAMENTO ASFALTICO

RUA ANTONIO DE ASSIS E PEDRO FAIÇAL
 - ÁREA: 2947,26 m²

PROJETO PAVIMENTAÇÃO
 ESCALA: 1:500



SEÇÃO TRANSVERSAL DE PISTA DE ROLAMENTO
 RECAPEAMENTO



a			
b			
c			
DATA	EXECUT.	VISTO	APROV.
ALTERAÇÕES			

LEGENDA:

	BL EXISTENTE
	PV EXISTENTE

CONVENÇÕES

COMPRIMENTO (m)	-
SENTIDO DO FLUXO	DECLIVIDADE(m/m)
MEIO FIO	EDIFICAÇÃO
	PV A CONSTRUIR

APROV.	RUAS DO MUNICÍPIO DE
	CARATINGA - MG
DES.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA - MG

DATA: 02-2024	Assinado de forma digital por WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA:55924638634
APROV.	Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540
ART.:	Assinado de forma digital por DOUGLAS RODRIGUES SEPPE:11540
DATA: 02/2024	Dados: 2024.02.07 11:40:03 -03'00'

ESCALA	INDICADAS
NÚMERO:	5-12
FOLHA:	
ARQ.	